



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Relatório Contábil

# *Relatório Contábil*



4º Trimestre/2019

Brasília, DF.

***Relatório Contábil-2019***



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

**MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Marcos Montes Cordeiro

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO**

José Manoel Gomes

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Alberto Jeronimo Pereira

**EQUIPE TÉCNICA**

**Divisão de Acompanhamento Contábil**

José Calazans dos Santos

Débora Teles Moreira de Matos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Maurício Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

**Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta**

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

**Divisão de Tomada de Contas**

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa

Arte:

José Calazans dos Santos



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## Sumário

<b>1) LISTA DE SIGLAS</b> -----	<b>5</b>
<b>2) CONTEXTO OPERACIONAL</b> -----	<b>8</b>
<b>3) DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b> -----	<b>10</b>
<b>3.1) DECLARAÇÃO COM RESTRIÇÃO</b> -----	<b>10</b>
<b>3.2) AFIRMAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> -----	<b>15</b>
<b>3.3) DENTRE OUTRAS AS DISTORÇÕES MAIS RELEVANTES EM NÍVEL DO MINISTÉRIO</b> -----	<b>17</b>
<b>3.4) SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO MAPA</b> -----	<b>22</b>
<b>3.4.1) SISTEMAS DA ÁREA FIM</b> -----	<b>22</b>
<b>4) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MAPA</b> -----	<b>25</b>
<b>4.1) BALANÇO FINANCEIRO DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>25</b>
<b>4.2) BALANÇO PATRIMONIAL DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>26</b>
<b>4.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>27</b>
<b>4.4) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>28</b>
<b>4.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>30</b>
<b>4.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>31</b>
<b>5) NOTAS EXPLICATIVAS DO MAPA (INCLUINDO TODOS OS ÓRGÃOS)</b> -----	<b>32</b>
<b>5.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b> -----	<b>32</b>
<b>5.2) RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> -----	<b>32</b>
<b>5.3) PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS</b> -----	<b>36</b>
<b>5.4) MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</b> -----	<b>36</b>
<b>6) COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> -----	<b>37</b>
<b>6.1) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO PATRIMONIAL DO MAPA</b> -----	<b>37</b>
<b>6.2) NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MAPA</b> -----	<b>41</b>
<b>6.3) NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b> -----	<b>43</b>
<b>6.4) NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR</b> -----	<b>44</b>
<i>Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.</i> -----	<b>44</b>
<i>Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.</i> -----	<b>44</b>
<i>Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.</i> -----	<b>44</b>
<i>Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações</i> -----	<b>45</b>
<b>6.5) NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b> -----	<b>46</b>
<i>Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.</i> -----	<b>46</b>
<i>Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.</i> -----	<b>46</b>
<i>Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.</i> -----	<b>46</b>
<b>6.6) NOTA Nº 003 - PROVISÕES</b> -----	<b>47</b>
<i>Tabela 01 – Provisões – Composição</i> -----	<b>47</b>
<i>Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por Órgão</i> -----	<b>47</b>
<i>Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição</i> -----	<b>47</b>



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

<i>Tabela 04 – Provisões de Longo Prazo por Órgão</i>	48
<i>Tabela 05 – Provisões a Longo Prazo - Composição</i>	48
<b>6.7) NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO</b>	<b>49</b>
<i>Tabela 01 – Imobilizado – Composição</i>	49
<i>Tabela 02 – Bens Móveis – Composição</i>	49
<i>Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos</i>	50
<i>Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total</i>	51
<i>Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição</i>	51
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado</i>	53
<b>6.8) NOTA Nº 005 – INTANGÍVEL</b>	<b>55</b>
<i>Tabela 01 – Intangível – Composição</i>	55
<i>Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até este Trimestre</i>	56
<i>Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment</i>	56
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível</i>	56
<i>Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível</i>	56
<i>Tabela 04 – Intangível por Contas</i>	57
<b>6.9) NOTA Nº 006 – INVESTIMENTOS</b>	<b>58</b>
<i>Tabela 01 – Investimentos – Composição</i>	58
<i>Tabela 02 – Participações Permanentes – Composição por Investimento</i>	58
<i>Tabela 03 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes</i>	59
<i>Tabela 04 – Composição das Ações de Investimentos</i>	60
<i>Tabela 05 – Mutação dos Investimentos – Partic. Permanentes (decrecidas da Redução ao Valor Recuperável)</i>	61
<b>7) REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>
<b>7.1) BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>62</b>
<b>7.2) SÍTIOS MAIS UTILIZADOS PELA SETORIAL CONTÁBIL/MAPA</b>	<b>62</b>



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## ***1) Lista de Siglas***

ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BGU	Balanço Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGAP/MAPA	Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/AM	Distrito de Meteorologia de Manaus/AM
DISME/BA	Distrito de Meteorologia de Salvador/BA
DISME/GO	Distrito de Meteorologia de Goiânia/GO
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DISME/RJ	Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro/RJ
DISME/RS	Distrito de Meteorologia de Porto Alegre/RS
DISME/SP	Distrito de Meteorologia de São Paulo/SP
DOU	Diário Oficial da União



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## Relatório Contábil

DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
IN	Imprensa Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## Relatório Contábil

SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SIGI	Sistema de Gestão Integrada
SIAD	Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPF	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### **2) Contexto Operacional**

**O** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 9.667, 02 de janeiro de 2019, que altera a sua estrutura:

- a) política agrícola, abrangidas a produção, a comercialização, o seguro rural, o abastecimento, a armazenagem e a garantia de preços mínimos;
- b) produção e fomento agropecuário, abrangidos a agricultura, a pecuária, a agroindústria, a agroenergia, as florestas plantadas, a heveicultura, a aquicultura e a pesca;
- c) política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;
- d) estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- e) informação agropecuária;
- f) defesa agropecuária e segurança do alimento;
- g) pesquisa em agricultura, pecuária, sistemas agroflorestais, aquicultura, pesca e agroindústria;
- h) conservação e proteção de recursos genéticos de interesse para a agropecuária e a alimentação;
- i) assistência técnica e extensão rural;
- j) irrigação e infraestrutura hídrica para produção agropecuária observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- k) informação meteorológica e climatológica para uso na agropecuária;
- l) desenvolvimento rural sustentável;
- m) políticas e fomento da agricultura familiar;
- n) reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal;
- o) conservação e manejo do solo e da água, destinados ao processo produtivo agrícola, pecuário, sistemas agroflorestais e aquicultura;
- p) boas práticas agropecuárias e bem-estar animal;
- q) cooperativismo e associativismo na agricultura, pecuária, aquicultura e pesca;
- r) energização rural e agroenergia, incluída a eletrificação rural;
- s) operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela [Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997](#);
- t) negociações internacionais relativas aos temas de interesse da agricultura, da pecuária, da aquicultura e da pesca;
- e
- u) Registro Geral da Atividade Pesqueira.

Cabe ainda ao Ministério, exercer, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, a função de órgão gestor prevista no [art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006](#), em âmbito federal.

Estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma Secretaria Especial, seis Secretarias, um Serviço, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial de Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora de Criação do Cavallo Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool;
- f) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- g) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- h) Comitê Gestor de Garantia-Safra;
- i) Comitê Gestor de Garantia da Agricultura Familiar.

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

### **3) Declaração do Contador (conforme Macrofunção Siafi 02.03.15)**

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Esta declaração reflete a CONFORMIDADE CONTÁBIL das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **EXCETO** quanto aos assuntos mencionados no Item 3.1 a seguir:

#### **3.1) Declaração de Órgãos Subordinados com Restrição**

##### **Restrições Contábeis apontadas na Conformidade Contábil de dezembro/2019 nos Órgãos Subordinados ao MAPA**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA			
Restrições Contábeis			Observações
Relevância	Cód.	Descrição	
1ª	677	FALTA/ATRASO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS	Valores de tributos apropriados e não recolhidos pelos gestores em tempo hábil acarretando cobrança de juros/multas futuros.
2ª	703	ERRO NA CLASSIFICACAO DA DESPESA	Gestores utilizando conta de despesas contábil divergente da realidade. Solicitado e não atendido por eles.
3ª	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	Saldos de contas de receita pela realização de Leilão e não regularizado em tempo hábil pelos gestores, mesmo com várias solicitações.
4ª	604	FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
5ª	606	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
6ª	616	OUTROS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	Saldos não ajustados para as respectivas contas mesmo com várias demandas aos gestores.
7ª	631	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-INVEST	Permanência de saldos em contas do ativo imobilizado que já deveriam ter sido ajustadas. Muitas decorrentes da absorção de vários órgãos ao Mapa.
8ª	632	SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	Bens Não Localizados e Softwares não localizados advindos do ex-MPA.
9ª	640	SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Saldo do ASI x SIAFI não confere, principalmente após as incorporações de Órgãos ao Mapa.
10ª	642	FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB	Inconformidade dos registros da depreciação por falhas no Sistema ASI, no SIADS e nos sistemas da CEPLAC e do INMET.
11ª	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
12ª	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	O gestor não providenciou os acertos de depósitos de GRU, de OBs Canceladas, de recolhimento de Tributos e de diárias em tempo hábil.
13ª	676	SALDO INVERTIDO - PASSIVO CIRCULANTE	Inversão em conta contábil decorrente da baixa de empenhos de exercícios anteriores pelo Sistema. Regularizado em janeiro/2020.
14ª	766	TERMO COOPERAÇÃO A LIBERAR - DATA EXPIRADA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
15ª	657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	Não aprovação de convênios mesmo com várias demandas solicitando aos gestores essa providência.
16ª	656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	Não comprovação de convênios mesmo com várias demandas aos gestores solicitando essa providência.
17ª	670	ACORDO COOP.TECNICA A LIBERAR - DATA EXPIRADA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
18ª	668	ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
19ª	669	ACORDO COOP.TECNICA A APROVAR - DATA EXPIRADA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

20ª	775	TED A REPASSAR EXPIRADOS	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
21ª	773	TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
22ª	603	SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	Saldo do Sistema de Controle Patrimonial ASI x SIAFI não confere, principalmente após as incorporações de vários Órgãos ao Mapa.
23ª	659	CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS	Convênios vencidos que não tem condição de ser mais liberados e não providenciado em tempo hábil pelos gestores.
24ª	653	SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	Saldos não regularizados referentes a recebimento de bens, convênios, etc., demandados e não ajustados no tempo hábil.
25ª	767	TERMO COOPERAÇÃO A COMPROVAR - DATA EXPIRADA	Solicitado aos Gestores sem providências em tempo hábil.
26ª	764	SDO.ALONG/INDEV.CONTAS PASSIVO COMPENSADO	Saldos de contas de contrato sem movimentação por vários períodos o que denota que o contrato finalizou e não foi tomada nenhuma providência de ajustes por parte dos gestores e dos analistas contábeis.
27ª	696	OUTROS - CONTROLES CREDITORES	Saldos não regularizados referentes a recebimento de bens móveis.

#### **Plano de Providências:**

➔ A Setorial Contábil gerará Processo no SEI a ser encaminhado às todas as Unidades do Órgão Subordinado do Mapa Administração Direta solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Geral Responsável pelo Órgão Superior, no sentido de que as mesmas minimizem tais restrições com prazo de regularização.

### INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO AGRÁRIA – INCRA

Restrições Contábeis	Observações
300 FALTA DE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	
302 FALTA OU ATRASO DE REMESSA DO RMA OU RMB	
306 APROPRIAÇÃO DESPESAS FORA PERÍODO COMPETÊNCIA	
310 CLASSIFICAÇÃO INDEVIDA PROGRAMA DE TRABALHO	
315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO	
316 FALTA/ATRASO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	
318 NAO ATEND. ORIENTAÇÃO ORGAO CONT SET/CENTRAL	
319 FALTA REGISTRO DE RESTRICAO/CONF.REGIS.GESTAO	
321 FALTA DE ATUALIZAÇÃO DE PROVISÃO	
323 NÃO INCLUSÃO DE NOTA EXPLICATIVA NO SIAFI WEB	
538 SALDOS DE IMOVEIS ESP. NAO CONFERE C/ SPIUNET	
550 FALTA DE RECONHECIMENTO DE PASSIVO	
603 SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	
604 FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	
606 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE	
609 SALDO CONTABIL ALMOX NAO CONFERE C/CONTROLE	
612 DIVERG.ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. ORÇAM PAGO	
615 FALTA DE ATUALIZ VALORES DO ATIVO NÃO CIRC.	
616 OUTROS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	
629 SALDO INVERTIDO ATIVO NÃO FINAN - IMOBILIZADO	
632 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	
634 FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	
635 FALTA REG./ATUALIZAÇÃO AJUS.PERDAS PROVAVEIS	
640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/ RMB	
642 FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	
643 FALTA/EVOL.INCOMPATÍVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	
645 OUTROS - ATIVO PERMANENTE	
647 VALORES PENDENTES SPIUNET A RATIFICAR	
651 FALTA OU INCONSISTÊNCIA NO CONTRATO	
653 SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE	
656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	
659 CONVENIOS A LIBERAR EXPIRADOS	
671 TRANSF.VOLUNT. S/COMPROV. E NÃO ENV.P/INADIMP	
673 FALTA DE RECLAS.P/PAS.CIRC.VALORES PAS.EX.LP	
674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT.PAS. CIRCULANTE	
677 FALTA/ATRASO RETENÇÃO/RECOLH.OBRG E TRIBUTOS	
681 REGULARIZAÇÃO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	
700 FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	
701 OUTROS - DESPESAS	
708 COMPROVAÇÃO DE SUPRIM. FORA DO PRAZO FIXADO	

A Setorial contábil do Incra elaborou um trabalho junto às suas Unidades no sentido de minimizar as restrições contábeis ao lado. Dentre essas ações foram classificadas as restrições como de FÁCIL SOLUÇÃO, MÉDIA/DIFÍCIL SOLUÇÃO, onde esta última tenta resolver as situações remotamente ou em deslocamento de servidor à Unidade.



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## Relatório Contábil

713 SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS
714 SALDO INVERTIDO - CLASSE 7
736 FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL
754 SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.
772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR

### Plano de Providências:

→ A Setorial Contábil do Mapa como Órgão Superior gerará Processo no SEI a ser encaminhado ao Órgão Subordinado INCRA solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Responsável pelo Órgão, no sentido de que as mesmas sejam minimizadas e com prazo de regularização.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

**EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA**

<u>Restrições Contábeis</u>			<u>Observações</u>
<u>Relevância</u>	<u>Cód.</u>	<u>Descrição</u>	
1ª	300	FALTA DE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	
2ª	315	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO	
3ª	318	NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL	
4ª	642	FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	
5ª	656	CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	
6ª	657	CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA	
7ª	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT.PAS. CIRCULANTE	
8ª	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	
9ª	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	
10ª	720	SALDO INVERTIDO - VARIACOES PAT. DIMINUTIVAS	
11ª	721	SALDO INVERTIDO - VARIACOES PAT. AUMENTATIVAS	
12ª	736	FALTA REGISTRO CONFORMIDADE CONTABIL	

**Plano de Providências:**

→ A Setorial Contábil do Mapa como Órgão Superior gerará Processo no SEI a ser encaminhado ao Órgão Subordinado EMBRAPA solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Responsável pelo Órgão, no sentido de que as mesmas sejam minimizadas e com prazo de regularização.

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

<u>Restrições Contábeis</u>			<u>Observações</u>
642		FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	
683		REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES OB CANCELADAS	
700		FALTA DE RECL/DEV.E BX/ANUL DE SUPRIM.FUNDO	
772		DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	

**Plano de Providências:**

→ A Setorial Contábil do Mapa como Órgão Superior gerará Processo no SEI a ser encaminhado ao Órgão Subordinado CONAB solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Responsável pelo Órgão, no sentido de que as mesmas sejam minimizadas e com prazo de regularização.

**FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA – FUNCAFE**

<u>Restrições Contábeis</u>			<u>Observações</u>
608		SALDO INVERTIDO ATIVO CIRCULANTE	Inversão conta de empréstimo por pagamentos efetuados a maior por instituição bancária. Aguardando providências por parte do Fundo.

**JUSTIFICATIVAS DO ÓRGÃO:**

- a) O recebimento dos financiamentos concedidos com recursos do Funcafé é composto de valor de PRINCIPAL, JUROS E SELIC. Na conta citada são acompanhados os valores recebidos de PRINCIPAL pagos pelos agentes financeiros (bancos e cooperativas de crédito).
- b) Ao realizar alguns reembolsos ao Funcafé (dois em 2018 e quatro em 2019), o Banco BOCOM BBM preencheu de forma incorreta os campos da GRU que identificam valor de PRINCIPAL, JUROS E SELIC, informando todo o valor pago referente ao principal+juros+Selic somente no campo de PRINCIPAL, gerando um excesso de arrecadação de R\$ 674.303,05 neste campo.

**Providências tomadas ou a serem tomadas:**

- a) Não há valores a serem devolvidos para o banco, considerando que o valor identificado como “saldo invertido” corresponde a juros e atualizações pela SELIC contratualmente devidas ao Funcafé pelo agente financeiro.
- b) Tentamos realizar a retificação das RAs que são provenientes de GRUs recolhidas de forma equivocada pelo Banco. Entretanto, o sistema SISGRU não permitiu a retificação e acreditamos que pelo seja fato de que as RA são dos exercícios de 2018 e 2019, pois quando inserimos os dados das RAs, o sistema SISGRU acusa que “nenhum registro foi encontrado”.
- c) O acompanhamento dos pagamentos será aprimorado pela Coordenação Geral do Funcafé a fim de identificar esses casos de preenchimento de campos de forma incorreta para o devido encaminhamento para retificação pela Coordenação de Administração Orçamento e Finanças em tempo hábil.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

**SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB**

<u>Restrições Contábeis</u>	<u>Observações</u>
604 FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES	O SFB teve que fazer a migração dos dados no SIADS devido à reforma administrativa de 2019. Durante a migração ocorreram erros nas operações de transferências que culminaram em uma diferença de saldo nas contas do patrimônio do Órgão. Providências: Nos últimos contatos a resposta da OS 2019SS/0001136594, aberta junto ao SERPRO, na qual foram indicados alguns pontos que podem estar provocando a diferença de saldo existente nas contas de patrimônio. Assim, após vistoria realizada no sistema e nas transferências realizadas na migração das contas dos bens permanentes do SFB, foi identificado que houve transferências realizadas para a UG 130149 que deveriam ter sido transferidas para outras UGs vinculadas ao SFB. O SFB foi bloqueado devido à não realização da depreciação de dezembro/2019 dentro do prazo. Por conta do bloqueio o Órgão foi impossibilitado de realizar qualquer movimentação no sistema. Foi aberto chamado junto ao SERPRO 2020SS/0000056416 e encaminhado e-mail para STN.
632 SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.Ñ.CIR-IMOBIL	
634 FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS	
642 FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.	
643 FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL	
668 ACORDO COOP.TECNICA A COMPROVAR - DATA EXPIRADA	Conforme Ofício nº 647/2018/GAB/DG/SFB, de 06 de novembro de 2018, que se refere à devolução de saldo do Projeto UTF/BRA/081/BRA - SFB/MMA, de acordo com o documento SEI 0042993, o saldo, no valor correspondente a USD 199.854,00 (cento e noventa e nove mil oitocentos e cinquenta e quatro dólares), foi recolhido ao Tesouro Nacional, finalizando, assim o processo.
773 TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA	Em resposta, o servidor José Ângelo Ramalho informou que, como se tratou de um acerto entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), muito provavelmente o MRE deve ter encaminhado a prestação de contas ao MMA, havendo a necessidade de solicitar à área administrativa que faça os devidos contatos com o MRE, e posteriormente com o MMA, para que possam disponibilizar ao SFB a prestação de contas para posterior encerramento do TED.
775 TED A REPASSAR EXPIRADOS	O Termo de Execução Descentralizada nº 688346 teve vigência prorrogada até 31/12/2019 e, portanto, o prazo para prestação de contas é até 30/06/2020. Em 31 de outubro de 2019, foi encaminhado Ofício nº 7/2019/COFI/GEFI/DCF/SFB, com a solicitação de envio dos relatórios semestrais de execução financeira, referentes ao 2º Semestre/2018 e ao 1º Semestre/2019; b) Além disso, o Ofício acima mencionado solicitou informações sobre atividades relacionadas às Etapas 1 e 8, em andamento, e questiona se haveria necessidade de prorrogação do prazo de vigência do TED. Ainda não consta do processo resposta ao Ofício.

**Plano de Providências:**

→ A Setorial Contábil do Mapa como Órgão Superior gerará Processo no SEI a ser encaminhado ao Órgão Subordinado SFB solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Responsável pelo Órgão, no sentido de que as mesmas sejam minimizadas e com prazo de regularização.

**FUNDO DE TERRAS**

<u>Restrições Contábeis</u>	<u>Observações</u>
605 FALTA DE RECLASSIF.P/CP DE VALORES LP-ATIVOS	Não realização da transferência para o LP referente ao saldo de R\$ 836 milhões de reais da conta de Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros.
625 FALTA REG./ATUALIZACAO AJUS.PERDAS PROVAVEIS	Não foi registrado as Perdas Prováveis relativas à Concessão de Empréstimos.

**Plano de Providências:**

→ A Setorial Contábil do Mapa como Órgão Superior gerará Processo no SEI a ser encaminhado ao Órgão Subordinado FUNDO DE TERRAS solicitando as providências quanto às restrições contábeis aplicadas pelo Contador Responsável pelo Órgão, no sentido de que as mesmas sejam minimizadas e com prazo de regularização.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## **3.2) Afirmações nas Demonstrações Contábeis** (conforme Macrofunção Siafi 02.03.15)

Código da Unidade Gestora: 130003 – CCONT/MAPA

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, 2º andar – salas 232/234 – 70.043-900 – Brasília/DF

Nome do Contador Geral Responsável pelo MAPA: Alberto Jeronimo Pereira

Endereço de e-mail: [alberto.jeronimo@agricultura.gov.br](mailto:alberto.jeronimo@agricultura.gov.br)

### **MATERIALIDADE:**

Identifica-se que os controles paralelos, principalmente o Sistema de Controle Patrimonial Asi da Linkdata não apresentam totalmente seguro com as informações inerentes, por paralizações no sistema, visto que com a finalização do contrato com a Empresa Linkdata em 2018, nenhum outro sistema substituiu. Ademais que em níveis do Mapa como Administração Direta detecta-se 3 (três) Sistemas de Controle Patrimonial, tais como: ASI da Linkdata, do INMET, da CEPLAC e SIADS, cada um com metodologias diferentes.

#### **1. Existência:**

todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota:

a) Na Administração Direta a incorporação de vários Órgãos ao MAPA decorrente do Decreto nº 9.667, 02/01/2019, tais como: ex-MPA, ex-SEAD/PR, ex-SEAP/PR, e SFB os móveis e imóveis do MAPA estão registrados mas apresentam divergências entre o SIAFI e o Sistema de Controle Patrimonial, por tentativas de localização física e em muitos casos como não houve recursos nem pessoal para a realização dos procedimentos de localização a impropriedade persiste.

b) Quanto ao INCRA ele não citou sobre as recomendações do TCU contidas no Acórdão nº 1331/2019:

- No Item 5.3.1.7 "a) adote medidas para registrar no Siafi as parcelas de glebas públicas federais certificadas, consoante informado no Ofício 17207/2019/GABT-1/GABT/GAB/P/SEDE/INCRA-INCRA"; e b) adote medidas visando à revisão dos perímetros das glebas federais do Incra já certificadas, uma vez que contém parcela significativa de áreas destinadas à criação de territórios indígenas e unidades de conservação federal, assim como das faixas de domínio sob gestão do Dnit e das áreas inalienáveis pertencentes à SPU, de modo a reduzir o risco de sobreposição da área de imóveis da União e, conseqüentemente, a distorção na valoração e contabilização desses ativos no Siafi."

Sobre a contabilização das glebas pelo que se pressupõe que as razões apresentadas na Auditoria Financeira do TCU que seria impossível a curto prazo a solução da contabilização das glebas por desconhecimento de área e valor, inclusive com documentos apresentados pelo Instituto ao TCU conforme consta do Acórdão, e continuam no mesmo patamar. As glebas que constavam na SERFAL foram transferidas, também, para o INCRA.

- No Item 5.3.1.8 "Não obstante, tendo em vista que já houve recomendação ao Incra no âmbito do Acórdão 1322/2018-TCU-Plenário, no sentido de que procedesse à pertinente atualização das planilhas de preços referenciais de imóveis rurais destinados à implantação de assentamento de reforma agrária e que a autarquia vem, gradativamente, reduzindo o número de PPRs desatualizadas, entende-se desnecessário efetuar nova recomendação, sem prejuízo do acompanhamento dessa questão na auditoria financeira do BGU 2019".

Sobre a atualização das planilhas de preços referenciais, também continuam da mesma forma em que o Instituto não apresentou nenhuma alteração no que foi informado ao TCU à época.

#### **2. Ocorrência:**

todos os eventos registrados ocorreram.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF e responsável por Unidades no país todo, os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos.

#### **3. Integralidade:**

todos os eventos que deveriam estar registrados foram registrados. Todos os ativos, passivos e patrimônio líquido foram registrados.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF e responsável por Unidades no país todo, os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos.

#### **4. Direitos e Obrigações:**

a entidade detém e controla os direitos e os passivos são obrigações da entidade.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF e responsável por Unidades no país todo, os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### **5. Exatidão, valorização e alocação:**

ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização estão adequadamente registrados.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Não houve avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros, visto que as Unidades não tem pessoal para esse procedimento, nem recursos para contratação.

### **6. Corte:**

transações e eventos foram registrados no período contábil correto.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF e responsável por Unidades no país todo, os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos.

### **7. Classificação e compreensibilidade:**

eventos foram registrados nas contas corretas.

SIM ( x ) NÃO ( )

Nota: Como Setorial Contábil de UG, de Órgão Subordinado e de Órgão Superior localizada em Brasília/DF e responsável por Unidades no país todo, os registros constantes do SIAFI retratam a fidedignidade, porém em nível de verificação de documentação física desconhece-se eventos que não tenham ocorridos.





**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

### **3.3) Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério**

- a) No Mapa como administração direta (inclui o Incra) não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, CONAB e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) **Sobre as recomendações do TCU no Acórdão 1331/2019 na Auditoria Financeira no INCRA:**  
5.3.1.7 – Subavaliação do ativo decorrente da não contabilização de terras de regularização fundiária  
Item 5.1.3.1.7 - Contabilização de terras de regularização fundiária:  
Relatório Metodológico  
Portaria 1946/2019, de 09/09/2019 – (NUP 00001.004606/2019-22, documento 4397202).  
Utilizado para fins de cadastramento de imóveis rurais, do tipo glebas certificadas, no sistema SPIUnet.  
Considerando o Acórdão nº 1331/2019-TCU-Plenário, que trata do registro das parcelas de glebas públicas federais certificadas no SIAFI/SPIUNET;  
Considerando que o Acórdão apresenta recomendações e alertas aos órgãos e entidades responsáveis pela realização de receitas e execução de despesas, incluindo recomendações de matéria de competência do INCRA;  
Considerando a necessidade de acompanhamento, monitoramento e auxílio na conclusão dos trabalhos de registro das parcelas de glebas públicas federais certificadas no SIAFI;  
Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União - TCU sobre a Prestação de Contas da Presidência da República - 2018 (PCPR) para que o INCRA adote medidas para registrar no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI as parcelas de glebas públicas federais certificadas.  
Considerando o objetivo do GT na montagem dos kits de informação, inserção no SEI e lançamento dos dados sobre imóveis rurais no sistema SIAFI/SPIUnet, bem como identificação dos imóveis lançados de modo global no SIAFI para procedimentos de baixa contábil no sistema, evitando assim a duplicidade de lançamentos;  
Considerando as fases e etapas visionadas para o trabalho, de onde destacamos: a 1ª fase - levantamento dos imóveis e documentos necessários aos registros no SPIUnet atualizados com base na Planilha de Preço Referencial, inclusão e inserção dos kits montados no SEI até 11/10/2019; a 2ª fase - registro do kit referentes aos imóveis no SPIUnet, individualmente, até 29/11/2019 e a 3ª fase - registro contábil dos imóveis remanescentes, pelo valor global, diretamente no SIAFI, mediante anuência prévia e formal da Secretaria do Tesouro Nacional até 13/12/2019.  
Considerando o dinamismo das mudanças a que tais glebas estão sujeitas devido as diversas destinações que ocorrem.  
Descrevemos as metodologias que foram sendo estabelecidas ao longo dos trabalhos iniciados a partir de 30 de setembro de 2019:  
Após a primeira reunião juntamente com os demais membros do Grupo de Trabalho - GT -, o coordenador da DAC e participação de alguns servidores da coordenação da DF/Sede e servidores convidados que foram lotados na antiga SERFAL (Terra Legal), levantou-se a questão da atual situação dos cadastros das glebas públicas junto ao SPIUnet, realizada pela SERFAL, e as que foram lançadas no SIAFI de forma de lançamento único global, registrando-os contabilmente, mas não patrimonialmente (SPIUnet). Da mesma forma, debateu-se a questão dos imóveis que não foram incorporadas neste escopo, ou seja, as glebas que não estão presentes no lançamento global (que pode ser visto no processo 54000.013346/2017-53) e as que não foram lançadas individualmente pelo antigo Terra Legal.  
Diante desse quadro, este GT providenciou levantamento das glebas certificadas que estavam e as que não estavam listadas no rol das glebas contabilizadas no lançamento global no SIAFI. De modo que se quantificou o montante de 1.740 imóveis listados no lançamento contábil global único e 389 que estavam fora dessa contabilização (resultado obtido utilizando os sistemas SIGEF e SNCI) - glebas certificadas. Estes imóveis se encontram listados nos Anexos 01 - Glebas Certificadas não lançadas contabilmente - FINAL e 02 - Glebas certificadas do Lançamento Global Contábil de 2017 (reanalizadas) - Terra Legal.  
É importante ressaltar que esses quantitativos não se tratam de glebas inteiras, mas, sim dos quantitativos de todas as partes das glebas, separadas ou individualizadas por município, motivado pelo cálculo do valor da terra nua (VTN) que é diretamente influenciado pela planilha referencial de preço (PPR) detalhada e, podendo ser, diferenciada em cada município dos Estados brasileiros (encontra-se no Anexo 03 - Planilhas de Preços Referenciais - PPR 5278761). Logo, por exemplo, 01 gleba pode abranger 04 municípios diferentes, o que acarretará 04 cadastros/ registros no sistema SPIUnet. Paulatinamente, este GT, após contatos com servidores do extinto órgão, conseguiu identificar que o Terra Legal, à época de sua existência, cadastrou 113 glebas em anos anteriores (cerca de 199 lançamentos individualizados no SPIUnet) e obtivemos a listagem dos mesmos – encontra-se no Anexo 05 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – original (5278826). Neste ponto, em nova reunião do GT, foi decidido que se procedesse prioritariamente a análise e os cadastros das 389 glebas não contabilizadas para, posteriormente, lançar individualmente as 1740 glebas, que já se encontram contabilmente registradas, mas faltantes de registro patrimonial.  
Positivamente, foi adotada a proposta de montar uma planilha com as informações obrigatórias para o efetivo cadastro no SPIUnet de todas as glebas, com o fito de, em seguida, separar a planilha por SR/UG no SEI (um processo por SR) e então proceder o lançamento patrimonial e contábil, confirmando os registros com os comprovantes de todos os lançamentos feitos no SPIUnet por Superintendência.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

Assim, iniciou-se a análise da planilha do Anexo 01 (5278722), com 389 imóveis certificados não contabilizados no lançamento global de 2017. Para obtenção de alguns dados obrigatórios aos cadastros no SPIUnet, fez-se um trabalho de consultas junto aos sistemas SIGEF e SNCR, da Divisão Fundiária do Incra, extraíndo os números das Matrículas das glebas certificadas, bem como os nomes dos Cartórios, número de folha, livro e data da certificação dessas glebas. Enquanto isso, o setor de Cartografia (DF/Sede Incra) se dedicou em obter uma área estimativa mais próxima da realidade atual dos imóveis, em unidade de hectares.

Neste momento também, e de posse do Anexo 05 (5278826), foi feita uma conciliação dos imóveis lançados pelo Terra Legal, identificando-os na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Assim, foi obtido a identificação dos imóveis lançados anteriormente pelo Terra Legal na planilha de glebas que estava sendo analisada prioritariamente. Os imóveis identificados estão destacados em fundo colorido no Anexo 06 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – identificados.

Então, em um trabalho de sintonia com o GT, o setor da Cartografia (DF/Sede Incra) colaborou providencialmente fornecendo uma extração detalhada e tabulada (realizada através de um algoritmo feito no banco de dados fundiário do Incra) das áreas estimadas líquidas aproximadas das Glebas certificadas e por município, separando destas as áreas de projetos de assentamentos, territórios quilombola, imóveis particulares certificados / registrados, imóveis requeridos para regularização, áreas de interesse da SPU, unidades de conservação e terras indígenas, não estando contemplados, porém, áreas dos títulos expedidos e válidos nestas glebas, visto a complexidade e dinamismo que se relaciona às mesmas. Esta listagem se encontra no Anexo 04 - Área remanescente das Glebas Federais - estimativa por município (em Ha) (Sei 5278799).

Focado então na análise do Anexo 01 (5278722), realizou-se as conciliações necessárias e foram identificados os aproximados 199 lançamentos individualizados no Spiunet feitos pelo antigo Terra Legal, sendo-os separados para não incorrer em duplicidade de lançamento. Também foram identificados e separados os imóveis que tiveram suas áreas totalmente destinadas a alguma finalidade (resultando em áreas zeradas), assim como os imóveis que foram detectados como doados para os seus respectivos Estados (RR e MA) e os imóveis que foram detectados como não sendo adquiridos por arrecadação, se tratando de áreas com destinação a PDS ou PA, provavelmente já cadastrados pelas Superintendências Regionais.

Deste feito, após tais análises e levantamentos no Anexo 01, atualizou-se e obteve-se o montante final dos imóveis, a saber: a cadastrar 155 imóveis glebas (divididos em municípios), perfazendo um total de R\$ 4.204.428.229,46 (quatro bilhões, duzentos e quatro milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e duzentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos) a ser lançado contábil e patrimonialmente através do SPIUnet, sendo posto que são os valores atualizados pelas PPRs mais atuais disponíveis.

Assim, foram realizados os cadastros nas UGs das SRs respectivas e foi anexado no SEI as planilhas individualizadas por SR e seus respectivos comprovantes de lançamento contábil (NL) e cadastro patrimonial no SPIUnet, conforme listados a seguir:

Nome SR	Processo Sei	Nº Cadastros	Valor R\$
SR 01 - PARÁ	<a href="#">54000.168980/2019-94</a>	<a href="#">09</a>	<a href="#">156.831.273,39</a>
SR 09 - PARANÁ	<a href="#">54000.168976/2019-26</a>	<a href="#">03</a>	<a href="#">22.274.037,34</a>
SR 12 - MARANHÃO	<a href="#">54000.168850/2019-51</a>	<a href="#">19</a>	<a href="#">571.668.177,10</a>
SR 13 - MATO GROSSO	<a href="#">54000.168887/2019-80</a>	<a href="#">90</a>	<a href="#">2.414.240.791,26</a>
SR 14 - ACRE	<a href="#">54000.168796/2019-44</a>	<a href="#">11</a>	<a href="#">22.163.328,36</a>
SR 15 - AMAZONAS	<a href="#">54000.168820/2019-45</a>	<a href="#">06</a>	<a href="#">80.015.449,35</a>
SR 16 - MATO GROSSO DO SUL	<a href="#">54000.168969/2019-24</a>	<a href="#">03</a>	<a href="#">24.922.798,53</a>
SR 17 - RONDONIA	<a href="#">54000.168895/2019-26</a>	<a href="#">07</a>	<a href="#">396.183.717,09</a>
SR 21 - AMAPÁ	<a href="#">54000.168843/2019-50</a>	<a href="#">01</a>	<a href="#">14.638.284,54</a>
SR 26 - TOCANTINS	<a href="#">54000.168958/2019-44</a>	<a href="#">05</a>	<a href="#">499.081.271,13</a>
SR 30 - SANTARÉM	<a href="#">54000.168923/2019-13</a>	<a href="#">01</a>	<a href="#">2.409.101,37</a>
Total	<a href="#">155</a>		<a href="#">4.204.428.229,46</a>

Posteriormente o acompanhamento dos registros / atualizações das glebas será feita via superintendência regional e, portanto, os processos de cada estado serão encaminhados para que as respectivas regionais.

As planilhas individuais de cada SR se encontram nos autos na forma do Anexo 07 - Planilhas por SR de glebas cadastradas prioritariamente (5278872).

Logo, quanto a estes imóveis prioritários, do Anexo 01, foram 100% resolvidos. Em seguida, iniciou-se os trabalhos de análise e obtenção de dados obrigatórios aos cadastros das glebas certificadas do Anexo 02 (5278745), referente aos 1.740 imóveis listados no lançamento contábil global único (processo [54000.013346/2017-53](#)), da mesma forma que os primeiros.

É necessário ressaltar que o andamento dos trabalhos foi prejudicado pelas questões de falta de recursos para deslocamento dos servidores das superintendências integrantes deste GT, visto que foram necessários diversos adiamentos dos deslocamentos, causando grande perda na quantidade de dias trabalhados.

Quanto aos imóveis do Anexo 02, relembra-se que eles estão registrados contabilmente, derivado do lançamento global único feito através do documento 2017NS000736, em [31/12/2017](#), por meio do Documento Hábil 2017PA000001, demonstrado no anexo Sei 0518158, do processo [54000.013346/2017-53](#), no valor de R\$ 145.506.073.937,26. Porém, não se encontram registrados patrimonialmente no SPIUnet. O procedimento adotado no Anexo 01 (5278722), para obtenção de alguns dados obrigatórios aos cadastros no sistema patrimonial, foram as consultas junto aos sistemas SIGEF e SNCR, da Divisão Fundiária do Incra, extraíndo os números das matrículas das glebas certificadas, bem como os nomes dos Cartórios, número de folha, livro e data da certificação dessas glebas. Assim como utilizou-se as informações quantitativas do Anexo 04 (5278799).

Das análises feitas sobre os imóveis, foram detectados alguns que constavam no Anexo 05, ou seja, lançados pelo Terra Legal, e foi feita a identificação dos imóveis na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Da mesma forma, foram identificados também alguns imóveis que constavam no Anexo 01 e já haviam sido registrados no SPIUnet e novamente foi feita a identificação dos imóveis na planilha geral para não haver duplicidade de lançamentos. Todos estes dois tipos de casos estão definidos como "JÁ LANÇADO" no Anexo 02 (5278745).

Em decorrência das análises nos sistemas SIGEF e QGIS, foram encontrados os casos de glebas que já foram doadas a governos municipais e estaduais e estão definidos como "DOADO", portanto, não mais necessários de cadastramento no SPIUnet. Semelhantemente, identificou-se



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

os casos de glebas que ao longo dos anos, desde o levantamento em 2017, tiveram suas certificações junto ao SIGEF canceladas e não mais carecem de registro patrimonial e contábil – estes ficaram definidos como “CANCELADA”. E ainda, verificando a própria tabela Anexo 02 (5278745) se percebeu que existiam várias linhas com glebas/ informações duplicadas e as mesmas foram definidas como “DUPLICIDADE” e, portanto, serão excluídas de cadastros no SPIUnet. Todos esses casos foram devidamente analisados e definidos claramente na planilha do Anexo aqui tratado para que fossem excluídos justificadamente de registros feitos no sistema patrimonial.

Continuando as constatações, percebeu-se que com a conciliação da planilha no Anexo 04 (5278799) haviam muitos casos de glebas com “0” (zero) área estimada líquida remanescente, ou seja, já possuem suas áreas 100% destinadas, o que provoca a desnecessariedade de registro contábil e patrimonial no sistema.

Considerando o prazo estipulado no Art. 5º da Portaria 1946/2019, 20/12/2019, para apresentação do relatório de conclusão dos trabalhos; e, no momento de fechamento deste relatório, considerando toda a complexidade envolvida para o levantamento de todas as informações de todos os 1.740 imóveis, ficaram faltantes de obtenção das áreas estimadas líquidas remanescentes o total de 238 (duzentos e trinta e oito), equivalente a 13,67%, glebas, das quais ficarão sob responsabilidade da divisão DFG/ Sede, representada pelos servidores deste GT Sérgio dos Santos Nóbrega e Judson Magno da Silva Matos, em providenciar tais definições certas até o retorno dos trabalhos em 2020, conforme sugerido a seguir:

SUGERE-SE, portanto, que, diante da impossibilidade de concluir toda a análise do Anexo 02, por fatores descritos neste relatório, e inviabilidade também da execução da 2ª fase para esses casos, conforme se estimou no Art. 3º da Portaria 1946/2019, autorize-se uma dilação de prazo para conclusão dos trabalhos de cadastramento no SPIUnet, se estendendo para o ano de 2020, em virtude do final do ano em exercício, a ser definido pelos Diretores da DF e DA ou Presidente.

Aproveitando, informa-se que não foi preciso executar a 3ª fase da Portaria 1946/2019 - registro contábil dos imóveis remanescentes, pelo valor global, diretamente no SIAFI, mediante anuência prévia e formal da Secretaria do Tesouro Nacional até 13/12/2019.

Sendo assim, após todas essas considerações e detalhamentos, a respeito dos 86,33% já analisados e definidos do Anexo 02, temos que: 204 (duzentos e quatro) foram excluídos de necessidade de cadastro no SPIUnet (11,72% do total); e a cadastrar 1.298 imóveis glebas (divididos em municípios), perfazendo um total de R\$ 49.073.447.364,99 (quarenta e nove bilhões, setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos) a ser lançado contábil e patrimonialmente através do SPIUnet, lembrando que são os valores atualizados pelas PPRs mais atuais disponíveis.

Após concluído toda a análise do Anexo 02, serão separados os imóveis por SR/UG no SEI (no processo por SR) e serão da mesma forma cadastrados no SPIUnet.

Agregam a este Relatório os ANEXOS:

- 01 - Glebas Certificadas não lançadas contabilmente – FINAL (Sei 5278722);
- 02 - Glebas certificadas do Lançamento Global Contábil de 2017 (reanalisadas)- Terra Legal (Sei 5278745);
- 03 - Planilhas de Preços Referenciais – PPR (Sei 5278761);
- 04 - Área remanescente das Glebas Federais - estimativa por município (em Ha) (Sei 5278799);
- 05 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – original (Sei 5278826);
- 06 - Relação de imóveis registrados no SPIUnet-Terra Legal – identificados (Sei 5278854);
- 07 - Planilhas por SR de glebas cadastradas prioritariamente (Sei 5278872).

**c) Item 5.3.18 - Subavaliação do ativo decorrente da desatualização do valor de ativos imobilizados do Incra, estou aguardando a resposta da DT.**

Em respostas às Recomendações do Tribunal de Contas da União sobre a Prestação de Contas da Presidência da República – PCPR/2019 Referência: Processo nº 00001.004606/2019-22 Recomendação 6.3.13 - à Casa Civil da Presidência da República, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e respectivas superintendências regionais, que proceda à pertinente atualização das planilhas de preços referenciais de imóveis rurais destinados à implantação de assentamento de reforma agrária, conforme estabelece o art. 115, inciso I, alínea “c”, da Portaria-Incra/P 49/2017 (Regimento Interno do Incra), a fim de que esses bens sejam fidedignamente representados no Balanço Geral da União (seção 5.3.1.5); Análise/Comentários do Controle Interno (CGU): “Conforme exposto pelo Incra, a recomendação encontra-se em atendimento, sendo que as PPR vêm sendo atualizadas pelas regionais de forma cada vez mais frequente, viabilizando que os valores dos imóveis sejam fidedignamente representados no Balanço Geral da União, e, conseqüentemente, de forma adequada na PCPR. No entanto, corrobora-se com o entendimento da Casa Civil no sentido de que faz-se necessária a produção e envio pelo Incra de informações gerenciais mais específicas, como é o caso do quantitativo total de PPR atualizadas e a atualizar, separadas, inclusive, por Superintendência Regional, cronograma de realização dos trabalhos, bem como providências gerenciais adotadas junto às Superintendências Regionais (SR) no sentido de dar agilidade àquelas mais defasadas nas respectivas atualizações... Por fim, a análise do órgão de controle cita que o Incra deverá apresentar informações atualizadas com a situação da atualização das Planilhas de Preços Referenciais de terras (PPR), em dezembro de 2019, bem como outras considerações julgadas relevantes quanto aos resultados alcançados no exercício de 2019 e planejamento para 2020. Resposta: Na resposta anterior registrada no sistema Governa, em 30/11/2019, o Incra retratou a evolução contínua do processo de atualização das Planilhas Referenciais de Preços de Terra - PPR do Incra, bem como as peculiaridades e dificuldades vivenciadas ao longo dos últimos anos, sobretudo quanto ao aspecto orçamentário, considerado importante, haja vista o trabalho de coleta de elementos de mercado em campo, realizado no âmbito das Superintendências Regionais. O Tribunal de Contas da União - TCU, de acordo com o documento “Orientação CGU – Recomendação/Alerta PCPR 2017\_6.3.13”, registrado no sistema Governa após a resposta do Incra, entendeu que “até o presente momento, segundo dados do Incra contidos no TC 033.918/2018-0, há cerca de 30% de PPRs desatualizadas”, ou seja, que o nível de atualização das PPR do Incra era da ordem de 70%. No mesmo período em que o Incra registrava a informação no sistema Governa sobre o grau de atualização das PPR (novembro), o Governo Federal descontingenciava os recursos orçamentários das ações da autarquia, recompondo as necessidades das ações. Com isso, na perspectiva de dar andamento às ações de elaboração/atualização dos Relatórios de Análise do Mercado de Terras – RAMTs e respectivas PPRs, a autarquia adotou as medidas necessárias para descentralizar recursos para algumas regionais, atendendo às solicitações orçamentárias existentes. Ocorre que isso só ocorreu bem próximo ao final do exercício, coincidindo com o período de fim de ano e de férias de servidores públicos, e o quadro de atualização das PPR permaneceu inalterado até o



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

mês de dezembro (70%). Ressalta-se que entre a realização das pesquisas de mercado (trabalho de campo) e a elaboração do RAMT propriamente dito (trabalho de escritório), o qual requer análises aprofundadas e cálculos estatísticos, leva-se um certo tempo, o qual é variável entre as Superintendências Regionais por diversos fatores, tais como: área de abrangência da Superintendência Regional, distância dos municípios a serem pesquisados, quantidade de equipes de campo, número de amostras a serem levantadas, sem contar que no período de chuvas em algumas regiões, o trabalho de campo é dificultado. Por outro lado, conforme já informado em respostas anteriores da Autarquia, os valores estimados para os mercados de terra contido nas PPR/RAMT do INCRA, de acordo com o Art. 6º da Norma de Execução nº 112/2014/DT/INCRA, podem ser adotados por até 2 anos. Levando em consideração que muitos dos relatórios foram realizados em 2018, e que o valor das terras rurais do país, em média, não sofreu alteração nos últimos anos, os referenciais do ano de 2018 podem ser considerados atuais. Com esse entendimento, restariam apenas 30% dos mercados a serem levantados em 2020. Entretanto, o Incra trabalha na perspectiva de que, em havendo disponibilidade orçamentária no exercício, todos os 277 Mercados Regionais de Terras sejam atualizados, de modo que as PPR geradas possam ter uma “validade” até o ano de 2022. Em 2020, o Incra trabalha na perspectiva de ter 100% das PPR atualizadas até o fim de julho deste ano, desde que haja disponibilidade orçamentária no momento oportuno. Em anos anteriores, os recursos só foram disponibilizados somente no segundo semestre, e bem próximo ao final do exercício, o que impactou nos resultados. Além disso, os contingenciamentos realizados pelo Governo Federal também foram fatores limitantes. Existe uma previsão de orçamento na LOA 2020, no plano orçamentário que abrange o levantamento do mercado de terras, porém, até o presente momento, não foi disponibilizado orçamento para o início dos trabalhos. Caso os recursos sejam liberados no início do exercício, no máximo até março deste ano, é possível executar as ações dentro do planejado, desde que não haja contingenciamentos, como em anos anteriores. Por fim, a Tabela 1, a seguir, apresenta o quadro de atualização das PPR do Incra, por Superintendência Regional, com destaque para as Regionais que apresentam o quadro dos Mercados Regionais de Terra/PPR considerados como Atualizado, Desatualizado, Parcialmente Atualizado ou Em Atualização.

Tabela 1. Atualização da PPR/RAMT por Superintendência Regional.

nº de MRT com PPR atualizadas, por ano, em dezembro de 2019									Orçamento(R\$)		
Superintendência Regional	MRT	antes	2015	2016	2017	2018	2019	em atualização	requerido	autorizado	não autorizado
SR-01 / Belém-PA	6						6		82.011,00	inviável neste exercício	82.011,00
SR-02 / Ceará	12				12				83.720,00	inviável neste exercício	83.720,00
SR-03 / Pernambuco	9						9		56.578,00	56.578,00	0,00
SR-04 / Goiás	10					10		10	170.000,00	82.104,50	87.895,50
SR-05 / Bahia	29	16				13		10			
SR-06 / Minas Gerais**	21					21					
SR-07 / Rio de Janeiro	6		1	5				6			

- d) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
- Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA), nos Laboratórios Federais (LFDA);
  - Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
  - Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
  - Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS está sendo utilizado somente pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN, quanto a transferência dos saldos das Unidades Gestoras antigas para as novas.
- e) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados.
- ➔ As providências para a realização destes testes decorrem da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando da implantação de novo sistema de controle patrimonial que vislumbre tais testes;
- f) Na maioria do ativo imobilizado da entidade não houve reavaliação nem redução ao valor recuperável neste exercício decorrente de várias impropriedades no sistema da LinkData e os demais sistemas de controle patrimonial atuantes no Mapa. Tal reconhecimento é necessário mesmo antes da incorporação de vários órgãos à Pasta, ademais com a relevância do imobilizado atualmente. As providências para tal reconhecimento decorre da necessidade de recursos para contratação de empresa com esse fim ou quando da implantação de novo sistema de controle patrimonial que vislumbre a reavaliação e a redução ao valor recuperável;



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### **Plano de Providências:**

→ Será aberto Processo no SEI para demandar aos Órgãos as providências quanto aos registros de reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis dependendo de recursos financeiros para este fim.

g) Quanto ao saldo de empréstimos e financiamentos concedidos:

→ **No INCRA** que refere-se a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência;

→ **No FUNCAFE** que refere-se a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura não há a evidência da contabilização dos juros contratuais por competência;

→ **No FUNDO DE TERRAS** que refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003, também não há contabilização dos juros contratuais por competência.

### **Plano de Providências:**

→ Será aberto Processo no SEI para demandar aos Órgãos providências quanto aos registros de juros contratuais por competência no decorrer do exercício de 2020.

h) Quanto aos registros de Perdas Prováveis:

→ **No Mapa:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos a Curto Prazo e Créditos a Longo Prazo

→ **No Incra:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos;

→ **Na Embrapa:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos;

→ **Na CONAB:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos;

→ **No Funcafe:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP;

→ **No SFB:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos;

→ **No Fundo de Terras:** não há nenhum registro para as perdas de: Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a CP, Investimentos e Aplic. Temporárias, Estoques CP, Créditos a Longo Prazo, Demais Créditos e Valores a LP, Estoque LP, Participações em Fundos.

### **Plano de Providências:**

→ Será aberto Processo no SEI para demandar aos Órgãos providências quanto aos registros de perdas no decorrer do exercício de 2020.

i) Registro de Perda Estimada em Crédito Emprest. Concedidos registrado no INCRA, não houve revisão do valor do ajuste de R\$ 357.809,74 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e nove reais e setenta e quatro centavos) à época do encerramento financeiro de 2019, ou mensalmente, conforme determina a Macrofunção SIAFI 02.03.42 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS;

j) Dívida Ativa Não Tributária – somente no INCRA.

Detecta-se que houve inscrição em dívida ativa em outros órgãos e que não se procedeu ao registro contábil.

### **Plano de Providências:**

→ Será aberto Processo no SEI para demandar aos Órgãos providências quanto aos registros da Dívida no decorrer do exercício de 2020.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## **3.4) Sistemas de Controle Interno desenvolvidos no MAPA**

### **3.4.1) Sistemas da Área Fim**

#### **SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO – SDI/MAPA**

[SIGABC - Sistema de Governança do Plano ABC](#)

[SIGMA - Sistema de Indicações Geográficas e Marcas](#)

#### **SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA/MAPA**

[DCPOA - Declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal](#)

[SISMAN - Sistema de Monitoramento de Atos Normativos](#)

[AGROFIT - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários](#)

[CEFITI - Catálogo de Exigências Fitossanitárias para o Trânsito Interestadual](#)

[PGA - Plataforma de Gestão Agropecuária](#)

[RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças](#)

[RECADASTRAMENTO - Sistema de Controle de Professores e Classificadores](#)

[SIARP - Sistema de Acompanhamento dos Processos de Análise de Risco de Pragas](#)

[SAC - Sistema de Auditoria e Credenciamento de Laboratórios](#)

[SAPE - Sistema de Acompanhamento de Projetos do Edital 64](#)

[SIPE2000 - Sistema de Cadastro e Estabelecimento e Registros de Produtos na Área Animal](#)

[SIPEAGRO - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários](#)

[PGA-SIGSIF - Plataforma de Gestão Agropecuária - SIGSIF](#)

[SIPE - Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - Web](#)

[SISCOLE - Sistema de Cadastro de Organismo e Laboratórios Estrangeiros](#)

[SISBOV - Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos](#)

[e-SISBRAVET - Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias](#)

[SISRES - Sistema de Controle de Resíduos](#)

[SISREC - Sistema de Informação de Requisitos e Certificados da Área Animal](#)

[SIGBIO - Sistema de Gerenciamento de Biossegurança](#)

[SIGPBC - Sistema de Informação Gerencial do Programa Bactrocera carambolae](#)

[SIGPOA - Sistema de Gerenciamento de Produtos de Origem Animal](#)

[SIGEF - Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças](#)

[SIGLA - Sistema de Informações Gerenciais para Lab. de Resíduos e Contam. em alimentos](#)

[SIGVIG - Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários](#)

[SIGSIF - Sistema de Informações Gerenciais do SIF](#)

[SIMP - Sistema de Importação de Material Vegetal de Pesquisa](#)

[SISLAB - Sistema de Padrões Laboratoriais](#)

[AGROALERTAS - Sistema de Alerta Rápido Agropecuário](#)

[SIVIBE - Sistema de informações da área de vinhos e bebidas](#)

#### **SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO - SAF/MAPA**

[SNPC - Sistema de Informações Documentais](#)

[SNPC - Cultivar Web](#)

[SIGORG - Modulo Público- Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica](#)

[SIGORG - Modulo Administrador - Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica](#)

[SIGPI - Sistema de Gestão da Produção Integrada](#)

#### **SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA - SPA/MAPA**

[FUNCAFE - Sistema de Operacionalização das Linhas de Crédito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira](#)

[SISSER - Sistema de Informação da Subvenção ao Seguro Rural](#)

[SISPROCER - Sistema de Processos da Comissão Especial de Recurso](#)

[SISZARC - Sistemas de zoneamento agrícola e risco climático](#)

[SAPCANA - Sistema de Acompanhamento de Produção Canavieira](#)

[SNCUA - Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras](#)



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

## SECRETARIA DE COMÉRCIO E INTERNACIONAIS - SRI/MAPA

[ADIDOS - Sistema de controle de ADIDOS](#)

[SIENI - Sistema Integrado de Informações Estratégicas de Negociações Internacionais](#)

[AGROEVENTOS - Sistema de Eventos](#)

[AGROSTAT - Sistema de Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro](#)



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

### 3.4.2) Sistemas da Área Meio

#### **GABINETE DA MINISTRA - GM**

[SIGME - Sistema de Gestão de Memória Executiva](#)

[SA - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos](#)

#### **ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - ACE/MAPA**

[Portal MAPA - Pagina web da Internet](#)

#### **ASSESSORIA PARLAMENTAR - ASPAR/GM**

[EP - Emendas Parlamentares](#)

[RP - Sistema de Relacionamento Parlamentar](#)

#### **SECRETARIA-EXECUTIVA - SE/MAPA**

[BINAGRI - Sistema da Base de Dados da Biblioteca Nacional de Agricultura](#)

[GESTCOM - Sistema de Gestão do Comportamento Organizacional](#)

[MAPAVITRO - Gestão de contratos](#)

[SGC - Sistema de Processo de Acompanhamento de Órgãos Colegiados](#)

[SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas](#)

[SGL - Sistema de Gestão Integrada](#)

[SIAD - Sistema de Autorização de Deslocamento](#)

[SIAGAM - Sistema de Informação de Apoio ao Gabinete do Ministro](#)

[SIGER - Sistema de Informação Gerenciais do Endividamento Rural](#)

[SISLEGIS - Sistema de Consulta a Legislação](#)

[CONJUR NORMAS - Sistema de Normas da Consultoria Jurídica](#)

#### **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DA/SE**

[AGROFORM - Sistema de formulários do MAPA](#)

[AUTENTICAÇÃO - Sistema de Controle de Acesso](#)

[ALMOX - Sistema de Almoxarifado](#)

[ALMOXARIFADO VIRTUAL - Sistema de Almoxarifado Virtual](#)

[CONFCON - Sistema de Conformidade Contábil](#)

[PATRIM - Sistema de Controle de Transferência de Bens Patrimoniais](#)

[PONTOWEB - Sistema de Registro Eletrônico de Frequência](#)

[SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA](#)

[SRH - Sistema de Controle de Recursos Humanos](#)

[SISAD - Sistema de Avaliação de Desempenho](#)

[SISPSM - Sistema Prêmio Servidor Mapa](#)

[SIPAS - Sistema de Controle do Plano de Assistência à Saúde](#)

[SICAR - Sistema de Controle de Arrecadação](#)

[SIGED - Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos](#)

[SEI - Sistema Eletrônico de Informações](#)

[SIGESTI - Sistema de Gestão de TI](#)

[SCAWEB - Sistema de Controle de Acesso](#)

[SCES - Sistema de Controle de Entrada e Saída](#)

[SIGCLIMA - Sistema de Gestão do Ambiente Organizacional](#)

[SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias](#)

[SOLICITA - Sistema de Solicitação de Acesso](#)

[THESAURUS - Sistema especializado em literatura agrícola](#)

[TIFACIL - Sistema gerenciador de chamados](#)

**Contador Geral Responsável pelo MAPA**

Alberto Jeronimo Pereira

**Registro no CRC**

DF 006624-T





## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

### 4) Demonstrações Contábeis do MAPA

Extraídas do SIAFIWEB

#### 4.1) Balanço Financeiro do MAPA (incluindo todos os órgãos)

Extraídas do SIAFIWEB

31 de dezembro de 2019					
VALORES EM MILHÕES DE REAL					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	6.871,99	4.426,48	Despesas Orçamentárias	19.543,04	16.087,14
Ordinárias	355,99	3,27	Ordinárias	9.481,18	9.557,62
Vinculadas	6.421,59	4.463,80	Vinculadas	10.061,87	6.529,52
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.514,70	201,26
Alienação de Bens e Direitos	44,66	16,55	Previdência Social (RPPS)	808,23	276,52
Transferências Constitucionais e Legais	5,60		Receitas Financeiras	869,69	364,75
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.370,14	4.447,24	Operação de Crédito	47,28	146,42
Recursos a Classificar	1,18	-	Alienação de Bens e Direitos	11,51	3,41
(-) Deduções da Receita Orçamentária	94,41	-40,59	Transferências Constitucionais e Legais	0,40	-
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.595,06	5.537,16
			Outros Recursos Vinculados	215,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	43.271,44	33.925,51	Transferências Financeiras Concedidas	32.104,15	23.852,23
Resultantes da Execução Orçamentária	30.502,54	23.980,33	Resultantes da Execução Orçamentária	19.181,96	14.809,90
Independentes da Execução Orçamentária	12.768,90	9.945,18	Independentes da Execução Orçamentária	12.922,19	9.042,33
Recebimentos Extraorçamentários	5.349,36	3.505,87	Pagamentos Extraorçamentários	3.130,47	1.830,16
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	858,64	537,36	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	766,06	240,72
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.781,18	2.524,33	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.104,50	1.303,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	261,76	289,12	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	259,19	285,43
Outros Recebimentos Extraorçamentários	447,78	155,06	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,72	0,02
Saldo do Exercício Anterior	7.146,02	3.844,40	Saldo para o Exercício Seguinte	7.861,14	3.932,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.146,02	3.844,40	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.861,14	3.932,73
<b>TOTAL</b>	<b>62.638,81</b>	<b>45.702,26</b>	<b>TOTAL</b>	<b>62.638,81</b>	<b>45.702,26</b>



# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

## 4.2) Balanço Patrimonial do MAPA (incluindo todos os órgãos)

Extraídas do SIAFIWeb

<b>ATIVO</b>		
	31 de dezembro de 2019	
	VALORES EM MILHÕES DE REAL	
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>11.027,55</b>	<b>5.049,86</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.861,14	3.932,73
Créditos a Curto Prazo	1.153,28	28,31
Clientes	11,57	28,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.142,07	
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-0,36	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.643,68	520,03
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoque	369,42	568,78
VPDs Pagas Antecipadamente	0,02	0,02
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>342.566,72</b>	<b>10.575,40</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.982,42	6.149,45
Créditos a Longo Prazo	14.621,95	5.269,88
Clientes	206,37	203,63
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	14.276,71	5.066,25
Dívida Ativa Não Tributária	138,87	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	10.360,46	879,56
Investimentos	16,31	37,16
Imobilizado	317.503,39	4.368,57
Intangível	64,60	20,22
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>353.594,26</b>	<b>15.625,26</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.209,89</b>	<b>2.537,10</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.081,94	822,28
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	909,09	1.138,81
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	152,59	109,42
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,83	1,42
Obrigações de Repartição a Outros Entes	170,48	-
Provisões a Curto Prazo	36,15	74,47
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.858,81	390,7
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.108,26</b>	<b>595,16</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	1,45	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Provisões a Longo Prazo	723,87	247,26
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.067,08	32,04
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>7.318,14</b>	<b>3.132,28</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio Social e Capital Social	3.287,82	3.267,74
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	23,79	20,08
Reservas de Capital	0,01	-
Reservas de Lucros	50,09	66,72
Demais Reservas	12,76	-
Resultados Acumulados	342.901,65	9.138,45
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>346.276,12</b>	<b>12.492,99</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>353.594,26</b>	<b>15.625,27</b>



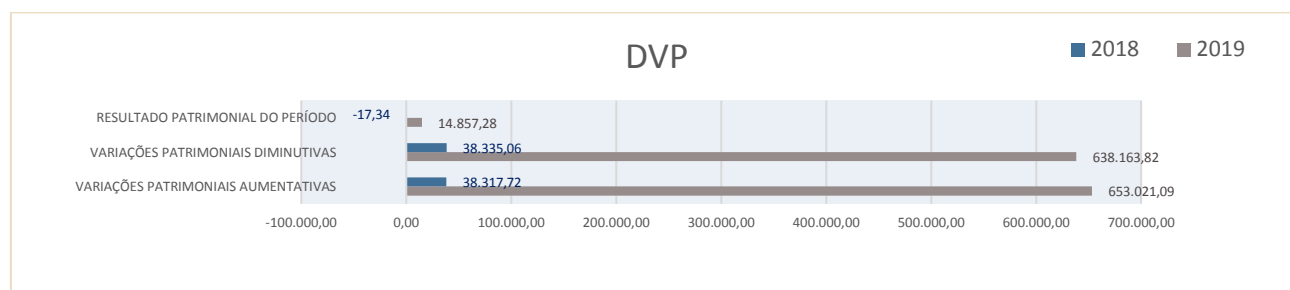
## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

### 4.3) Demonstrações das Variações Patrimoniais do MAPA (incluindo todos os órgãos)

Extraídas do SIAFIWEB

31 de dezembro de 2019		
VALORES EM MILHÕES DE REAL		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>653.021,09</b>	<b>38.317,72</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	89,66	10,80
Contribuições	1.861,63	227,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	270,82	311,72
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	651,01	628,12
Transferências e Delegações Recebidas	615.250,69	34.897,58
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	34.342,75	1.986,76
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	554,51	255,66
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>638.163,82</b>	<b>38.335,06</b>
Pessoal e Encargos	6.769,64	5.721,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.748,39	2.015,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.241,93	1.112,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6,36	147,49
Transferências e Delegações Concedidas	603.715,24	25.772,40
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19.159,57	1.811,58
Tributárias	32,44	30,78
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	394,43	664,06
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.095,82	1.058,98
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>14.857,28</b>	<b>-17,34</b>





# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

## 4.4) Balanço Orçamentário do MAPA (incluindo todos os órgãos)

Extraídas do SIAFIWEB

31 de dezembro de 2019				
VALORES EM MILHÕES DE REAL				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.424,73</b>	<b>2.424,73</b>	<b>2.634,70</b>	<b>209,97</b>
Receitas Tributárias	52,33	52,33	58,02	5,69
Taxas	52,33	52,33	58,02	5,69
Receitas de Contribuições	1.356,37	1.356,37	1.709,38	353,01
Contribuições Sociais	1.355,86	1.355,86	1.709,15	353,29
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,51	0,51	0,23	-0,28
Receita Patrimonial	444,37	444,37	446,19	1,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9,10	9,10	7,36	-1,74
Valores Mobiliários	428,37	428,37	426,13	-2,23
Exploração de Recursos Naturais	6,90	6,90	12,70	5,79
Receita Agropecuária	9,92	9,92	12,44	2,51
Receita Industrial	0,10	0,10	0,12	0,03
Receitas de Serviços	334,20	334,20	227,23	-106,97
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	40,44	40,44	41,86	1,41
Serviços e Atividades Financeiras	293,74	293,74	185,37	-108,36
Outros Serviços	0,02	0,02	-	-0,02
Transferências Correntes	4,17	4,17	2,28	-1,89
Outras Receitas Correntes	223,27	223,27	179,04	-44,24
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32,82	32,82	42,35	9,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	116,71	116,71	122,88	6,17
Demais Receitas Correntes	73,74	73,74	13,80	-59,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>6.220,50</b>	<b>6.220,50</b>	<b>4.237,29</b>	<b>-1.983,21</b>
Operações de Crédito	62,74	62,74	-	-62,74
Operações de Crédito - Mercado Interno	18,44	18,44	-	-18,44
Operações de Crédito - Mercado Externo	44,30	44,30	-	-44,30
Alienação de Bens	1.432,98	1.432,98	42,87	-1.390,12
Alienação de Bens Móveis	1.408,43	1.408,43	4,38	-1.404,06
Alienação de Bens Imóveis	24,55	24,55	38,49	13,94
Amortização de Empréstimos	4.723,95	4.723,95	4.194,42	-529,52
Transferências de Capital	0,83	0,83	-	-0,83
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>8.645,23</b>	<b>8.645,23</b>	<b>6.871,99</b>	<b>-1.773,24</b>
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>8.645,23</b>	<b>8.645,23</b>	<b>6.871,99</b>	<b>-1.773,24</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>12.671,06</b>	<b>12.671,06</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.645,23</b>	<b>8.645,23</b>	<b>19.543,05</b>	<b>10.897,82</b>

31 de dezembro de 2019						
VALORES EM MILHÕES DE REAL						
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.352,91</b>	<b>12.588,54</b>	<b>12.135,27</b>	<b>11.479,78</b>	<b>10.670,61</b>	<b>453,27</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.234,90	9.324,64	9.133,05	8.998,08	8.408,55	191,59
Outras Despesas Correntes	3.118,01	3.263,91	3.002,22	2.481,70	2.262,05	261,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.045,58</b>	<b>10.810,89</b>	<b>7.407,78</b>	<b>4.282,09</b>	<b>4.232,63</b>	<b>3.403,11</b>
Investimentos	949,17	1.752,93	1.722,70	90,74	42,57	30,23
Inversões Financeiras	9.096,41	9.057,96	5.685,07	4.191,35	4.190,05	3.372,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	236,35	236,35	-	-	-	236,35
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>22.634,83</b>	<b>23.635,78</b>	<b>19.543,05</b>	<b>15.761,87</b>	<b>14.903,23</b>	<b>4.092,73</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>22.634,83</b>	<b>23.635,78</b>	<b>19.543,05</b>	<b>15.761,87</b>	<b>14.903,23</b>	<b>4.092,73</b>



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

TOTAL	22.634,83	23.635,78	19.543,05	15.761,87	14.903,23	4.092,73
31 de dezembro de 2019 VALORES EM MILHÕES DE REAL						
<b>Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados</b>						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	736,36	1.034,11	1.045,49	909,45	550,93	310,08
Pessoal e Encargos Sociais	0,01	184,53	141,35	121,53	42,43	20,58
Outras Despesas Correntes	736,35	849,57	904,14	787,92	508,50	289,50
DESPESAS DE CAPITAL	1.157,13	2.512,40	1.284,41	1.195,04	691,70	1.782,79
Investimentos	624,89	1.290,13	912,06	824,43	305,44	785,15
Inversões Financeiras	532,24	1.222,28	372,35	370,61	386,26	997,64
<b>TOTAL</b>	<b>1.893,49</b>	<b>3.546,51</b>	<b>2.329,90</b>	<b>2.104,50</b>	<b>1.242,63</b>	<b>2.092,87</b>

31 de dezembro de 2019 VALORES EM MILHÕES DE REAL						
<b>Anexo 2 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados</b>						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	25,48	677,67	679,38	9,38	14,38	
Pessoal e Encargos Sociais	0,71	566,29	565,90	0,61	0,48	
Outras Despesas Correntes	24,77	111,38	113,48	8,77	13,90	
DESPESAS DE CAPITAL	130,30	79,97	86,67	28,01	95,59	
Investimentos	122,58	76,29	83,63	25,33	89,91	
Inversões Financeiras	7,72	3,69	3,04	2,68	5,69	
<b>TOTAL</b>	<b>155,78</b>	<b>757,64</b>	<b>766,06</b>	<b>37,39</b>	<b>109,97</b>	

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Relatório Contábil

**4.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa do MAPA (incluindo todos os órgãos)**

Extraídas do SIAFIWEB

VALORES EM MILHÕES DE REAL		
	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.260,18</b>	<b>1.223,28</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>46.615,67</b>	<b>35.359,40</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>2.632,42</b>	<b>986,54</b>
Receita Tributária	58,02	7,56
Receita de Contribuições	1.709,38	156,91
Receita Patrimonial	20,25	8,22
Receita Agropecuária	12,44	10,14
Receita Industrial	0,12	0,14
Receita de Serviços	227,23	242,68
Remuneração das Disponibilidades	425,95	406,52
Outras Receitas Derivadas e Originárias	179,04	154,36
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>2,28</b>	<b>3,17</b>
Intergovernamentais	0,12	2,39
Outras Transferências Correntes Recebidas	2,15	0,78
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>43.980,98</b>	<b>34.369,69</b>
Ingressos Extraorçamentários	261,76	289,12
Restituições a Pagar	-	0,04
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	0,08
Transferências Financeiras Recebidas	43.271,44	33.925,51
Arrecadação de Outra Unidade	433,37	137,54
Valores para Compensação	-	0,11
Demais Recebimentos	14,33	17,30
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-45.355,50</b>	<b>-34.136,12</b>
Pessoal e Demais Despesas	-11.150,21	-8.198,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.841,22	-1.799,61
Outros Desembolsos Operacionais	-32.364,07	-24.137,66
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-545,06</b>	<b>-1.134,96</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>4.237,29</b>	<b>3.436,76</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-4.782,35</b>	<b>-4.571,72</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>715,12</b>	<b>88,33</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>7.146,02</b>	<b>3.844,40</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>7.861,14</b>	<b>3.932,73</b>



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
Relatório Contábil

## 4.6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do MAPA (incluindo todos os órgãos)

Extraídas do SIAFIWEB

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2018</b>	364,80	29,61	-	72,82	-	9.032,47	-	-	9.499,70
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.873,32	6,16	-	-	-	126,89	-	-	3.006,37
Aumento/Redução de Capital	29,61	-15,69	-	-	-	-0,15	-	-	13,77
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-9,52	-	-	-9,52
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-17,34	-	-	-17,34
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-6,10	-	6,10	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2018</b>	<b>3.267,73</b>	<b>20,08</b>	<b>-</b>	<b>66,72</b>	<b>-</b>	<b>9.138,45</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.492,98</b>
Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2019</b>	3.267,74	20,08	0,01	66,72	12,76	325.981,95	-	-	329.349,26
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-0,27	-	-	-	-517,04	-	-	-517,31
Aumento/Redução de Capital	20,08	3,98	-	-	-	-0,14	-	-	23,92
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	323,77	-	-	323,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	14.778,92	-	-	14.778,92
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	2.239,20	-	-	2.239,20
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2019</b>	<b>3.287,82</b>	<b>23,79</b>	<b>0,01</b>	<b>66,72</b>	<b>12,76</b>	<b>342.806,66</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>346.197,76</b>



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

### 5) *Notas Explicativas do MAPA (incluindo todos os órgãos)*

#### 5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

**A**s **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

#### 5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o **Real**. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

*Neste trimestre o MAPA apresenta o saldo de R\$ 7.861 (sete bilhões, oitocentos e sessenta e um milhões de reais) destacando o valor de R\$ 3.459 (três bilhões, quatrocentos e cinquenta e nove milhões de reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.*

**b.1) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” – no total de R\$ 7.861 milhões**

→ Moeda Nacional em 31/12/2019	R\$ 7.858 milhões
→ Moeda Estrangeira em 31/12/2019	R\$ 3 milhões

**b.2) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” em Moeda Nacional – no total de R\$ 7.858 milhões**

→ Conta Única - Subconta do Tesouro	R\$ 3.460 milhões
→ Bancos Conta Movimento – Demais Contas	R\$ 6 milhões
→ Aplicações Financeiras de Liquidez	R\$ 58 milhões
→ Recursos Liberados pelo Tesouro	R\$ 1.737 milhões
→ Títulos da Dívida Pública em Poder da UG	R\$ 2.597 milhões

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. Créditos tributários;
- ii. Créditos não tributários;
- iii. Dívida ativa;
- iv. Transferências concedidas;
- v. Empréstimos e financiamentos concedidos;





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

- vi. Adiantamentos; e
- vii. Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**Composição dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos – no total de R\$ 1.142 milhões:**

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – R\$ 122 milhões** – INCRA – beneficiários da Reforma Agrária. relativo à aplicação financeira pelos agentes.

→ **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 1.020 milhões** – FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débitos oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES. Foram emitidas as seguintes Ordens Bancárias para o BNDES: 2019OB800001, 2019OB800002, 2019OB800003, 2019OB800004 e 2019OB800004, porém, contudo não houve a baixa contra a conta de Ativo.

### d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque no valor de R\$ 318 (trezentos e dezoito milhões de reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros.

### e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. Créditos tributários;
- ii. Créditos não tributários;
- iii. Dívida ativa;

Somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 139 milhões de reais.

#### iv. empréstimos e financiamentos concedidos;

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – R\$ 11.056** (onze bilhões e cinquenta e seis milhões de reais)

a) No INCRA no valor de R\$ 6.072 (seis bilhões e setenta e dois milhões de reais) relativos Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo.

b) No FUNCAFE os Empréstimos Concedidos a Receber perfazem o total de R\$ 4.983 (quatro bilhões, novecentos e oitenta e três milhões de reais) são relativos a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras com destaque relevante ao Banco Santander (Brasil) S/A e Banco do Brasil S/A.

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – Exc.FAT– R\$ 3.221** (três bilhões, duzentos e vinte e um milhões de reais):

a) No INCRA no valor de R\$ 86 (oitenta e seis milhões de reais):

b) No FUNDO DE TERRAS no valor de R\$ 3.134 (três bilhões, cento e trinta e quatro milhões), foram contabilizadas nesta rubrica em gestões anteriores sem contudo reclassificadas para a conta de Ativo.

#### v. Estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

No MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

### f. Investimentos

São compostos por:

- i. Participações permanentes;
- ii. Propriedades para investimento; e



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

*No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis. Neste trimestre destaca-se na CONAB o registro de R\$ 22 (vinte e dois milhões de reais) em Redução ao Valor Recuperável de Investimentos (veja [Nota nº 06 – Investimentos](#)).*

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

*Neste trimestre o MAPA possui o valor líquido de R\$ 317.503 (trezentos e dezessete bilhões, quinhentos e três milhões de reais) onde deste valor 97,82% está no INCRA. Quanto a CONAB houve uma pequena redução dos Imóveis decorrente de venda e doações de bens imóveis (veja [Nota nº 004 – Imobilizado](#)).*

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

*No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 114 (cento e quatorze milhões de reais) dos quais R\$ 50 (cinquenta milhões de reais) já amortizados.*

*A CONAB não apresentou nenhuma regra interna de Ativos Intangíveis, também não recebeu doações de bens intangíveis, assim como não realizou teste relativo a perda por Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*).*

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

*No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfazem o valor de R\$1.109 (um bilhão, cento e nove milhões de reais) onde 62,24% desse valor está concentrado na Embrapa.*

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

*No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 852 (oitocentos e cinquenta e dois milhões de reais) onde 44,83% desse valor está concentrado no INCRA. E a Amortização Acumulada de Bens Imóveis é de R\$ 93 (noventa e três milhões de reais).*

### k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Empréstimos e financiamentos;
- iii. Fornecedores e contas a pagar;
- iv. Obrigações fiscais;
- v. Obrigações de repartições a outros entes;
- vi. Provisões; e
- vii. demais obrigações.

*No MAPA o Passivo Circulante no total de R\$ 5.210 (cinco bilhões, duzentos e dez milhões de reais) obteve maior destaque na INCRA em torno de 38,69% e na CONAB em torno de 34,47% e quanto ao Passivo Não Circulante onde valor total é de R\$ 2.108 (dois bilhões, cento e oito milhões de reais), onde o maior destaque é na CONAB em 66,51%.*

### l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

*No âmbito do MAPA há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB no valor de R\$ 909 (novecentos e nove milhões de reais) representa o valor dos repasses de recursos pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.*

### m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. Riscos trabalhistas;
- ii. Riscos fiscais;
- iii. Riscos cíveis;
- iv. Repartição de créditos tributários;
- v. Provisões matemáticas; e
- vi. Outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares. *No âmbito do MAPA as provisões de Curto Prazo estão na CONAB e referem-se a Provisões para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 24 (vinte e quatro milhões de reais) e Provisões de Riscos Cíveis no valor de R\$ 12 (doze milhões de reais).*

*Já nas Provisões de Longo Prazo quanto a Provisão para Riscos Fiscais Prazo há na CONAB o valor de R\$ 3 (três milhões de reais) e quanto a Provisão para Indenizações Trabalhistas há na Embrapa o valor de R\$ 232 (duzentos e quarenta e três milhões de reais) e na CONAB o valor de R\$ 268 (duzentos e sessenta e oito milhões) – ver Nota nº 03 – Provisões.*

### 5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

### 5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019 e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério;
- b. O Decreto nº 10.041, de 03/10/2019, DOU de 04/10/2019, altera a estrutura do Ministério da Economia, incluindo a Entidade Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

## 6) Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

### 6.1) Notas Explicativas – Balanço Patrimonial do MAPA

#### A. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

##### ❖ Caixa e Equivalentes de Caixa:

Por Órgão	Dez/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	-	-	-	-
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	641	484	32%	8%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	3.087	-	-	39%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	299	282	6%	4%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	269	233	15%	4%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	3.481	2933	19%	44%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	4	-	-	0%
FUNDO DE TERRAS	80	-	-	1%
Total:	7.861	3932	100%	100%

Caixa e Equivalentes de Caixa	Dez/2019		Dez/2018	
	Saldo	% do	Saldo R\$	% do
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3460	44%	2.918	74,19%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5	0,0%	0	0,00%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0	0,0%	1	0,01%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	57	1%	47	1,21%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1	0,0%	1	0,03%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	985	12%	471	11,97%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	753	10%	492	12,50%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	1841	23%	-	-
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	756	10%	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	4	0,0%	3	0,09%
Totais	7861	100,00%	3.933	100,00%

A variação positiva destacou-se pelas incorporações dos órgãos: Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras. As incorporações foram instituídas pelo Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019. O valor total das incorporações equivale à R\$ 3.170.604.625,51 que representa 40% do total da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A conta de Recursos da Conta Única Aplicados representa 44 % do total da rubrica e é referente as aplicações financeiras do Órgão do Funcafé na Conta Única da União.

##### ❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Órgão	R\$ Milhões		
	Dez/2019	Dez/2018	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	122	-	11%
FUNDO DE TERRAS	1020	-	89%
Total:	1.142	-	

A variação aumentativa destacou-se com as incorporações de Empréstimos Concedidos a Receber do Fundo de Terras e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. O Fundo de Terras representa 87% dos Créditos a Curto Prazo e é referente aos Créditos Fundiários.



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## Relatório Contábil

### ❖ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	Dez/201	Dez/2018	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	19			1%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	15			1%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	99	72	37,5%	6%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	197			12%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	477	54	783,33%	29%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	837	395	111,89%	51%
<b>Total</b>	<b>1.644</b>	<b>520</b>	<b>216,15%</b>	<b>100%</b>

A variação destacou-se em dois Órgãos e duas contas. A primeira é na conta Crédito a Receber por Cessão de Créditos pela União no órgão da CONAB relativo aos registros de Termo de Descentralização Diferidos e do exercício. E no órgão do Mapa, na conta de Adiantamento - Termo Execução Descentralizada: referente a apropriação do ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora do TED, decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados.

### B. Balanco Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

#### ❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo e Dívida Ativa Não Tributária:

Empréstimos e Financiamentos Concedidos		R\$ Milhões		
Órgão	Dez/2019	Dez/2018	AH	AV
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO			0%	0%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6.159			43%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	4.984	5066	-1,61%	35%
FUNDO DE TERRAS	3.134			22%
<b>Total</b>	<b>14.277</b>	<b>5066</b>	<b>181,81%</b>	<b>100%</b>

#### Dívida Ativa Não Tributária

Órgão	Dez/2019	Dez/2018	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	138,87			100%
<b>Total</b>	<b>138,87</b>			<b>100%</b>

A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de saldos de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo do Incra e Fundo de Terras e a Dívida Ativa Não Tributária do Incra. Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Receber do Incra são empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo. A Dívida Ativa é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, de publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas nesta Autarquia. No Fundo de Terras os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo tem um saldo em constante crescimento sem registros das baixas dos recebimentos, não segrega curto e longo dos recebíveis e também não registram juros a transcorrer. Não há nenhum Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo nos Órgãos do Incra, Fundo de Terra e Funcafé.

#### ❖ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Órgão	R\$ Milhões			
	Dez/2019	Dez/2018	AH	AV
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO				0%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1	1	0%	0%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	15	1	2452%	0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	312	261	19%	3%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.962	616	218%	19%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8.071			78%
<b>Total</b>	<b>10.360</b>	<b>879</b>	<b>1078%</b>	<b>100%</b>

A variação positiva destacou-se pela incorporação do Órgão do Incra, pois a conta Crédito a Receber - Regularização Fundiária no valor de R\$ 8.070.588.778,38, representa 78% do total dos Demais Créditos a Longo Prazo.

- ❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- ❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- ❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

### C. Balanco Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

#### ❖ Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

Órgão	Dez/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
<b>COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO</b>	909	1.139	(20,19)	100%
<b>Total:</b>	<b>909</b>	<b>1.139</b>	<b>(20,19)</b>	<b>100%</b>

O montante de R\$ 909 (novecentos e nove milhões de reais), representa o valor dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos".

- ❖ Os Forneceedores e Contas a Pagar são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 001 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ As Provisões de Curto Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ Demais Obrigações a Curto Prazo:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
<b>FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA</b>	2	2	0%	0%
<b>SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO</b>	6			0%
<b>EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA</b>	131	29	351%	5%
<b>MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO</b>	258	115	124%	9%
<b>INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA</b>	1.749			61%
<b>COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO</b>	713	245	191%	25%
<b>Total:</b>	<b>2.859</b>	<b>391</b>	<b>632%</b>	<b>100%</b>

A variação positiva nas Obrigações a Curto Prazo destacou-se no Órgão do INCRA referente aos registros dos Precatórios de Terceiros com registro da dívida líquida bem como atualizações monetárias no valor total de R\$ 1.611.950,559,64, conforme vários Processos SEI cadastrados no SEI.

**D. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:**

- ❖ Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo:

Órgão	Dez/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
<b>INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA</b>	1.44			100%
<b>Total:</b>	<b>1.44</b>			<b>100%</b>

A variação destacou no Órgão do Incra representando 100% do valor total da conta e é referente ao registro de Precatórios de Pessoal ao Longo Prazo.

- ❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:

Órgão	Dez/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
<b>INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA</b>	52	-		5%
<b>EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA</b>	104	31	235%	10%
<b>COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO</b>	911	1	91000%	85%
<b>Total:</b>	<b>1067</b>	<b>32</b>	<b>3234%</b>	<b>100%</b>

O Órgão da CONAB representa 85% do total do órgão superior e é decorrente do contrato firmado entre a CONAB com o CIBRIUS (Instituto Conab de Seguridade Social) para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato que está em fase de aprovação pelos órgãos superiores. Em dezembro de 2019 houve o registro da atualização do valor em R\$ 300.069.690,48 e o paramento do aporte no valor de R\$ 80.311.000,00.

- ❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 (clique aqui e veja abaixo).

**E. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:**

- a) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC):

A variação apresentada de 18,47% verificada neste subgrupo reflete os valores transferidos pelo Mapa a título de Investimentos no período de janeiro a dezembro de 2019, que por força de legislação são registrados - na conta de ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

b) Resultados de Exercícios Anteriores:

Órgão	Dez/2019	Dez/2018	R\$ Milhões	
			AH	AV
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-2485	-2267	10%	-1%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	0	0		0%
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	0	-		0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	29	-		0%
FUNDO DE TERRAS	4235			1%
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	6474	3521	84%	2%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA	8368	7884	6%	2%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	326282	-		95%
Total	<b>342902</b>	<b>9138</b>	<b>3652%</b>	<b>100%</b>

A variação positiva destaca-se com a incorporação dos Resultado do Exercício e os Resultados Acumulados dos órgãos da Secretária Especial de Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras, o órgão com maior relevância e o INCRA que representa 95% do total da conta.





**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## 6.2) Notas Explicativas – Balanço Orçamentário do MAPA

**A. Período do Orçamento**

O orçamento aprovado conforme Lei nº 13.808, de 15/01/2019 refere-se ao período de 2019.

**B. Entidades abrangidas pela Entidade**

Órgãos	Unidade Orçamentária
I – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22101, 72122, 74104,
II – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	22201,93182
III – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	22202,93183
IV – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	22211,93184
V – Serviço Florestal Brasileiro – SFB	22106, 73115, 93181
VI – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFE	22905, 74901, 93182
VII – Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA	49901, 74906

**C. Regime Orçamentário e Critério de classificação adotado no Orçamento Aprovado**

O regime orçamentário é o de que pertencem ao exercício financeiro as receitas arrecadadas nele e as despesas legalmente empenhadas, tal como descrito no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. E pelo critério de classificação “Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais”.

**D. Utilização do Superávit Financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários:**

Não houve a reabertura de crédito especial.

**E. Atualizações Monetárias autorizadas por Lei.**

No exercício de 2019 não houve atualizações Monetárias no Orçamento.

**F. Procedimentos para os Restos a Pagar:**

Os Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício de 2019 e não pagos são considerados Restos a Pagar Processados para o próximo exercício.

**G. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:**

❖ Da previsão atualizada de R\$ 1.494.847.296,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 4,93% (R\$ 73.717.468,01).

**H. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:**

Com a transferência das competências das extintas Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por força da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a dotação atual do MAPA é de R\$ 17.837.634.971,00. Ambas as Categorias Econômicas “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital” sofreram alterações em relação à dotação inicial, exceto a “Reserva de Contingência”.

Até o 4º trimestre de 2019, a dotação da Lei Orçamentária Anual - LOA sofreu uma ampliação de 5,84%, em decorrência das alterações orçamentárias realizadas, conforme quadros abaixo:

R\$ 1,00

Grupo de Natureza de Despesa	Valor da LOA	Alteração	Dotação Atual
<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	9.234.902.119	89.734.609	9.324.636.728
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	2.971.329.992	131.851.276	3.103.181.268
<b>4 – Investimentos</b>	949.265.358	803.665.982	1.752.931.340
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	3.460.991.603	-40.453.268	3.420.538.335
<b>9 – Reserva de Contingência</b>	236.347.300		236.347.300
<b>Total</b>	<b>16.852.836.372</b>	<b>984.798.599</b>	<b>17.837.634.971</b>

Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 16 bilhões, das quais liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 13,7 bilhões (85,58%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as despesas correntes (83,60%), com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais (78,33%).

Do total das despesas liquidadas, 93,78% foram pagas.



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

## I. Balanço Orçamentário – Restos a Pagar Processados e Não Processados

Restos a Pagar Processados				R\$ Milhões
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
<b>MAPA (22101)</b>	471,0	15,4	358,5	97,1
<b>Embrapa (22202)</b>	197,9	1,8	195,6	0,6
<b>Conab (22211)</b>	74,0	1,0	70,8	2,2
<b>Funcafé (22906)</b>	0,0	-	0,0	-
<b>INCRA (22201)</b>	224,8	21,7	149,2	53,9
<b>SFB (22106)</b>	2,2	0,0	2,0	0,2
<b>Total</b>	<b>969,9</b>	<b>39,9</b>	<b>776,1</b>	<b>153,9</b>

Restos a Pagar Não Processados				R\$ Milhões
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
<b>MAPA (22101)</b>	2.683,0	441,0	1.308,1	933,8
<b>Embrapa (22202)</b>	310,7	9,1	239,2	62,3
<b>Conab (22211)</b>	55,9	10,4	36,2	9,3
<b>Funcafé (22906)</b>	1,5	0,2	1,2	0,1
<b>INCRA (22201)</b>	847,2	576,9	118,8	151,5
<b>SFB (22106)</b>	21,1	1,5	10,0	9,7
<b>Total</b>	<b>3.919,3</b>	<b>1.039,1</b>	<b>1.713,4</b>	<b>1.166,8</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.889,2</b>	<b>1.079,0</b>	<b>2.489,5</b>	<b>1.320,7</b>

Posição: 31/12/2019

## J. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

### VALORES EM MILHÕES DE REAIS

❖ Quociente do Equilíbrio Orçamentário  $\rightarrow \frac{\text{Prev.Inic.da Receita (em milhões)}}{\text{Dotação Inicial da Despesa (em milhões)}} \rightarrow \frac{8.645,23}{22.634,83} = 38,19\%$

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

❖ Quociente de Execução da Receita  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada (em milhões)}}{\text{Previsão Atualizada da Receita (em milhões)}} \rightarrow \frac{6.871,98}{8.645,23} = 79,48\%$

A receita efetivamente arrecada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 79,48% de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.

❖ Quociente de Execução da Despesa  $\rightarrow \frac{\text{Despesa Executada (em milhões)}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa (em milhões)}} \rightarrow \frac{19.543,04}{23.635,77} = 82,68\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 82,68% do total das despesas fixadas no orçamento.

❖ Quociente do Resultado Orçamentário  $\rightarrow \text{Receita realizada} - \text{despesa empenhada (em milhões)} \rightarrow 6.871,98 - 19.543,04 = (12.671,06)$

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em **R\$ 12.671 (doze bilhões, seiscentos e setenta e um milhões de reais)**, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;

❖ Quociente de Execução Orçamentária Corrente  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empanhada Corrente}} \rightarrow \frac{2.634,69}{12.135,27} = 21,71\%$

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 21,71% das despesas empenhadas correntes;

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária  $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{6.871,98}{14.903,23} = 46,11\%$



## 6.3) Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais

### **A. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA - TAXAS:**

- ❖ Entre os meses de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, houve uma variação significativa na rubrica Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia, da ordem de 730,09%, a maior, decorrente dos acréscimos das arrecadações da UG Departamento de Administração Financeira, órgão INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a taxas de serviços cadastrais.

### **B. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:**

- ❖ Entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019, houve uma variação significativa na conta de VPA Contribuições, da ordem de 719,82%, decorrente dos acréscimos das arrecadações da UG Departamento de Administração Financeira, órgão INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a contribuições industriais rurais.

### **C. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:**

- ❖ Entre os meses de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, houve uma diminuição no montante da rubrica de VPA Exploração e venda de bens, serviços e direitos, da ordem de -13,12%. Tal decréscimo foi motivado sobretudo pela menor venda, em 2019, de estoques estratégicos do órgão CONAB, venda esta que atingiu, no quarto trimestre de 2019, cerca de metade do montante alcançado no mesmo período do ano de 2018.

### **D. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:**

- ❖ Entre os meses de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações recebidas, da ordem de 1.663,02%. Tal aumento foi notável no âmbito do órgão MAPA, em virtude da incorporação de bens imóveis do órgão INCRA à estrutura das SFA'S deste Ministério.

### **E. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

- ❖ Entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, da ordem de 1628,58%. Entre outros, tal aumento foi representado pelo acréscimo da reavaliação de bens imóveis promovida pelo órgão INCRA, agora pertencente à estrutura do MAPA, mais precisamente pelas UGs Superintendência Estadual de Mato Grosso e Superintendência Estadual de Tocantins.

### **F. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO:**

- ❖ Entre os meses de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, houve um acréscimo na rubrica de VPD uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, da ordem de 281,21%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação dos valores das contas de Contratos de Serviços dos órgãos INCRA e Serviço Florestal Brasileiro, os quais englobam contas como Serviços técnicos profissionais, Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, entre outros.

### **G. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:**

- ❖ Entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019, houve um decréscimo significativo na rubrica de VPD variações patrimoniais diminutivas financeiras, da ordem de -95,68%. Tal diminuição foi representada, entre outros, pela não existência, em 2019, de elevadas multas indedutíveis pagas pela UG 135046 - EMBRAPA/SGE-EFI em 2018, a qual impactou a maior a VPD de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras naquele exercício.

### **H. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:**

- ❖ Entre os meses de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações concedidas, da ordem de 2245,49%. Tal aumento foi oriundo, entre outros, de transferências de bens imóveis de uso especial do antigo Ministério da Pesca para as UGs do MAPA.

### **I. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

- ❖ Entre o quarto trimestre de 2018 e o quarto trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta de VPD Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos, da ordem de 957,62%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação de saldos do INCRA ao passivo do órgão superior MAPA, o qual ocorreu de forma acentuada, por exemplo, na unidade gestora Departamento de Administração Financeira - DAF.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

## 6.4) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 469 (quatrocentos e sessenta e nove milhões de reais), relacionados com fornecedores e contas a pagar de curto e longo prazo.

A seguir apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
<b>Circulante Curto Prazo</b>	<b>153</b>	<b>109</b>	<b>39,78%</b>
Nacionais	146	109	34,15%
Estrangeiros	7	-	-
<b>Não Circulante (Longo Prazo)</b>	<b>316</b>	<b>316</b>	<b>-</b>
Nacionais	316	316	-
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>425</b>	<b>10,23%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 31/12/2019 os relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo os quais representam 48,42% do total a ser pago.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se aos Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 31/12/2019.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	31/12/2019	AV (%)
Minist. da Agricul. Pecuária e Abastecimento	102	21,76%
Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	27	5,86%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	9	2,04%
Companhia Nacional de Abastecimento	14	3%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	316	67,38%
Serviço Florestal Brasileiro	-	-
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 67,38% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relaciona-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/12/2019.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ Milhões	
	31/12/2019	AV (%)
0000000000191 BANCO DO BRASIL SA	316,54	269,25%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	72,98	62,08%
24203514000102 AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURA	16,00	13,61%
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	7,50	6,38%
00640110000118 INST INTERAMERICANO DE COOPERACAO PARA A AGRICULTURA	6,47	5,50%
08405374000107 DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	1,66	1,41%
03519143000100 DIAMANTINA PROJETOS LTDA	1,56	1,33%
03997641000150 COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA E	1,47	1,25%
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1,37	1,17%
07277943000105 TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - EPP	1,32	1,13%
40432544000147 CLARO S.A.	1,26	1,07%
89161475000173 ASSOC RIOGR DE EMPR DE ASSIST TEC E EXTENSÃO RURAL	1,09	0,93%
29647223587 LOURIVALDO DE ALMEIDA PEREIRA	0,93	0,79%
03198714000144 COOPERATIVA DE TRABALHO DE ASSESSORIA TECNICA E EXTENSA	0,90	0,77%
78533312000158 PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	0,85	0,72%
36886778000197 EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA ASSISTENCIA E EXTENSA	0,82	0,70%
03598715000186 FUNDACAO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SAO PAULO JOS	0,70	0,60%
<b>Total</b>	<b>433,42</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE em R\$ 316 (trezentos e dezesseis milhões de reais) que representa 269,25% dos 170 valores mais expressivos.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

#### Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações

R\$ Milhões			
Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	316	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fontes: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2019.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06., refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão FUNCAFE registrado na UG do citado Órgão.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### 6.5) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 13.141 (treze bilhões, cento e quarenta e um milhões de reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 31/12/2019.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais referente ao 4º Trimestre 2019, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	19	6	228,50%
Fornecimento de Bens	1.057	92	1042,79%
Empréstimos e Financiamentos	1.243	-	-
Seguros	670	625	7,26%
Serviços	3.279	1.518	115,96%
Demais	28	15	84,48%
<b>Total</b>	<b>6.296</b>	<b>2.257</b>	<b>178,95%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01 temos que as obrigações contratuais do Mapa apresentaram acréscimo significativo no espaço de tempo mencionado, culminando em acréscimo principalmente nas rubricas de Fornecimento de Bens, Empréstimos e Financiamentos e Serviços. Tal representatividade vem de encontro com a incorporação de vários órgãos ao MAPA.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços que representam 52,08% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	31/12/2019	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.605	41,38%
INST. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	532	8,45%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	268	4,26%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.615	25,65%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFFEEIRA	1.246	19,80%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	29	0,46%
<b>Total</b>	<b>6.296</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 02 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2019, apresenta em destaque o MAPA como Administração Direta com 41,38% do valor total das obrigações contratuais.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	R\$ Milhões	
	31/12/2019	AV (%)
00531590000189 INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	910	27,54%
17197385000121 ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.	605	18,10%
06020318000544 MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	544	16,27%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	332	9,94%
60746948000112 BANCO BRADESCO S.A.	243	7,27%
07237373000120 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	216	6,46%
60498557000126 BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	151	4,53%
06020318000110 MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	116	3,46%
03143181000101 CAST INFORMATICA S/A	115	3,46%
00000000000191 BANCO DO BRASIL SA	110	3,28%
<b>Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes</b>	<b>3.342</b>	
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	2.954	46,92%
<b>Total</b>	<b>6.296</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 03 acima relaciona-se os 10 primeiros contratados que estão com os valores mais expressivos na data base de 31/12/2019.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### 6.6) Nota nº 003 - Provisões

Em 31 de dezembro de 2019 o Mapa apresentou um saldo de R\$ 760 (setecentos e sessenta milhões de reais), relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 4º trimestre 2019.

Tabela 01 – Provisões – Composição

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Provisões a curto prazo	36	74	-51,35%
Provisões a longo prazo	724	247	193,12%
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>321</b>	<b>136,76%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

#### Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB no valor de R\$ 36 (trinta e seis milhões de reais).

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por Órgão

ÓRGÃO	R\$ Milhões	
	31/12/2019	AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	36	-
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A CONAB é responsável por 100% do total de Provisões a Curto Prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição

Provisões	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	24	61	39,47%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	12	13	89,77%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>74</b>	<b>48,55%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

#### Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo do Passivo Não Circulante é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e CONAB no valor de R\$ 724 (setecentos e vinte e quatro milhões de reais).

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

Tabela 04 – Provisões de Longo Prazo por Órgão

Órgãos	31/12/2019	R\$ Milhões
		AV (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	233	32,18%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	491	67,82%
<b>Total</b>	<b>724</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A CONAB é responsável por 67,82% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 05 – Provisões a Longo Prazo - Composição

Provisões	31/12/2019	31/12/2018	R\$ Milhões
			AH (%)
Riscos Fiscais	3	3	-
Riscos Trabalhistas	501	244	105,33%
Riscos Cíveis	220	-	-
<b>Total</b>	<b>724</b>	<b>247</b>	<b>193,12%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/12/2019 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 501 (quinhentos e um milhões de reais), sendo na Embrapa R\$ 233 (duzentos e trinta e três milhões de reais) e na CONAB R\$ 268 (duzentos e sessenta e oito milhões de reais).

**EMBRAPA**

Natureza	Valor Estimado em Dez/2019	Descrição Sucinta dos Principais Objetos	R\$ Milhões
<b>Trabalhistas</b>			
Prováveis	34	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada/Incorporação de Gratificação/Jornalistas/ (*)Pagamento de Premiação.	
<b>Sub-total</b>	<b>34</b>		
<b>Cíveis</b>			
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo	
<b>Sub-total</b>	<b>2</b>		
<b>Previdenciários</b>			
Prováveis	22	Encargos Previdenciários	
<b>Sub-total</b>	<b>22</b>		
<b>Tributários</b>			
Prováveis	175	Anulação de débito fiscal/ ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal - CEF	
<b>Sub-total</b>	<b>175</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>		

Fonte: Embrapa

**Notas Explicativas:**

- (1) A Planilha consiste dos processos ativos, onde a Embrapa é Ré, da Justiça Trabalhista e Federal.
- (2) Provisão Trabalhista: (\*) Pagamento Promoção - São as ações decorrentes do cancelamento do processo de premiação por desempenho institucional 2019, ano base 2018. O SINPAF pleiteou tutela de urgência para retorno imediato do processo de premiação, suspendendo a decisão do CONSAD, pleiteou também, o pagamento do prêmio. Embora os valores atribuídos às causas sejam relativamente baixos, eventual julgamento favorável destas ações pode ensejar o pagamento de parcela equivalente a 1,5% do orçamento da Embrapa (aproximadamente R\$ 54 milhões de reais).
- (3) Provisão Tributária: a) Deve-se considerar o seguinte: 80% (oitenta por cento) sobre o montante existente na conta depósitos judiciais das ações de natureza tributária, o saldo fornecido pela SGE/GFC/EFI, atualizado até 30/11/2019; b) as ações de Anulação de débito fiscal.





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### 6.7) Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2019, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 317.503 (trezentos e dezessete bilhões, quinhentos e três milhões de reais), líquidos da depreciação e amortização e representou um acréscimo de 7.167,20% em relação ao 4º trimestre/2018. O aumento decorreu pela incorporação de vários órgãos ao MAPA, tais como: SEAP/PR, SEAD/PR, INCRA e SFB.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	31/12/2019	31/12/2018	R\$ Milhões AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.297</b>	<b>826</b>	<b>57,02%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	2.433	1.751	38,95%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1109)	(902)	22,95%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(23)	17,39%
<b>Bens Imóveis</b>	<b>316.206</b>	<b>3.543</b>	<b>8.824,81%</b>
(+) Valor Bruto Contábil	317.152	4.061	7.709,70%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(946)	(518)	82,63%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>317.504</b>	<b>4.369</b>	<b>7.167,20%</b>

Fonte: SIAFI2019 e 2018.

#### Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2019 totalizavam em R\$ 1.297 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões de reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável acrescidos de bens advindos dos órgãos incorporados ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	31/12/2019	31/12/2018	R\$ Milhões AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.047	830	26,15%
Bens de Informática	473	335	41,12%
Móveis e Utensílios	253	205	23,32%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	36	29	21,06%
Veículos	459	309	48,47%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	9	4	128,40%
Bens Móveis em Almoxarifado	36	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	5	6	-13,43%
Demais Bens Móveis	116	33	252,97%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.109)	(902)	22,88%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(23)	15,12%
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>826</b>	<b>57,10%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

### Relatório Contábil

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 14.453.447,09 (quatorze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e nove centavos) no fechamento do balanço 2018 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais de Agricultura. E no final do 4º Trimestre/2019 este valor aumenta para R\$ 19.458.917,55 (dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), sendo que nesse acréscimo constam são valores advindos do INCRA, ex-SEAD e ex-SEAP decorrente da nova estrutura em que passaram a fazer parte do MAPA conforme Decreto nº 9667, de 01/01/2019.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de [Bens Não Localizados](#).

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2019 totalizavam R\$ 316.206 (trezentos e dezesseis bilhões, duzentos e seis milhões de reais), líquidos de depreciação/amortização e teve um aumento de 8.824,81% com maior concentração no Órgão do INCRA, advindo ao MAPA por força do Decreto nº 9.667/2019, no valor líquido de R\$ 310.689 (trezentos e dez bilhões, seiscentos e oitenta e nove milhões de reais) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo. Ainda sobre o INCRA o TCU por meio do Acórdão 1331/2019, Itens 5.3.1.7 e 5.3.1.8 faz apontamentos no Relatório de 2018 a fim de fazer constar no Relatório de 2019 as recomendações contidas nos citados itens, ou seja, adotar medidas para registro no SIAFI das parcelas de glebas públicas federais certificadas e regularizar as distorções na valoração e contabilização no SIAFI.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição por Órgãos

Órgão UGE	R\$ Milhões												AV
	MIN.AGRICULTURA		INCRA		EMBRAPA		CONAB		SFB		TOTAIS		
Contas	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19	dez/18	dez/19
Bens de Uso Especial	5.125	2.817	161.332	-	473	477	278	277	-	-	167.209	3.572	4580,67%
Bens Dominicais	-	-	148.912	-	-	-	-	-	-	-	148.912	-	-
Bens Imóveis em Andamento	118	53	423	-	71	72	31	31	3	-	646	155	316,61%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	20	3	2	-	210	202	1	1	-	-	234	206	13,56%
Instalações	18	7	16	-	86	85	-	-	-	-	119	92	28,98%
Demais Bens Imóveis	-	-	5	-	-	-	27	35	-	-	32	35	-9,98%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-45	-32	-382	-	-309	-284	-210	-202	-	-	-946	-518	82,51%
<b>Total</b>	<b>5.237</b>	<b>2.849</b>	<b>310.307</b>	<b>-</b>	<b>531</b>	<b>552</b>	<b>127</b>	<b>143</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>316.206</b>	<b>3.543</b>	<b>8825,05%</b>

Fonte: Siafi2019 e Tesouro Gerencial



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

### Relatório Contábil

Tabela 03.a – Bens Imóveis – Composição Total

Bens Imóveis – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens de Uso Especial	167.209	3.572	4.580,67%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	148.912	-	-
Bens Imóveis em Andamento	646	155	316,61%
Instalações	119	92	29,30%
Demais Bens Imóveis	32	35	-9,98%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	234	206	13,56%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(946)	(518)	82,51%
<b>Totais</b>	<b>316.206</b>	<b>3.543</b>	<b>8.824,94%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 4.580,67% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 4º trimestre/2019, perfazendo o montante de R\$ 167.209 (cento e sessenta e sete bilhões, duzentos e nove milhões de reais) a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme tabela abaixo:

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

Bens de Uso Especial – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	91.882	191	48.067,09%
Terrenos, Glebas	68.974	189	36.444,35%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	1	1	-
Edifícios	1.051	938	11,94%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.603	3,33%
Imóveis Residenciais e Comerciais	120	86	39,34%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1	1	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.765	564	213,28%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	1.759	-	-
<b>Totais</b>	<b>167.209</b>	<b>3.572</b>	<b>4.580,67%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

#### CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	1	1
INCRA	-	-
CONAB	20	28
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>29</b>

#### COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	-	-
INCRA	-	-
Embrapa	9	8
CONAB	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>8</b>

#### MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	13	13
Embrapa	-	-
CONAB	316	510
<b>Total</b>	<b>329</b>	<b>523</b>

Fonte: SIAFI2019



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

## (a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Quanto ao Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos foi providenciado o registro da conta de REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO:

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	15
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	2
LABORATORIO NACIONAL AGROCECUARIO DO PARA	1
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

### (a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### (a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A e Processo Sei nº 21003.000660/2018-78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

### (a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### Relatório Contábil

para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

#### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

#### Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

**Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado**

Órgão UGE	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movim. Líquido - R\$ (Conta Contábil)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		123110101	(11.478,47)
		123110102	(97.396,28)
		123110103	(113.326,81)
		123110105	(18.855,24)
		123110106	(6.694,21)
		123110107	(87.845,31)
		123110108	(41.689,16)
		123110109	(18.855,26)
		123110120	(10.495,21)
		123110125	(159.571,93)
		123110201	(776.710,03)
		123110301	(123.758,93)
		123110302	(93.829,72)
		123110303	(195.482,11)
		123110405	(121.997,22)
		123110503	(6.359,29)
		123119901	(2.232,34)
		123119909	(29.906,18)
		123119910	(29.906,18)
		123810100	1.575.020,18
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		123110101	(103.633,22)
		123110103	166.635,05
		123110107	(46.493,20)
		123110109	(7.327,85)
		123110120	(2.110,34)
		123110121	(12.049,73)
		123110201	(64.581,48)
		123110301	(111.361,10)
		123110303	100,00
		123110405	(55.299,22)
		123110501	6.300,00
		123110503	(11.000,01)
		123110702	(74.841,21)
		123111000	2.204,64
		123810100	2.843.011,74
		123110101	342.688,78
		123110102	319,00
		123110103	261.290,24
		123110106	1.800,00
		123110107	52.045,22
		123110109	34.597,22
		123110120	295.829,19
		123110201	58.959,71
	123110301	37.282,59	
	123110303	4.237,06	
	123110405	48.395,22	
	123110702	(230,44)	

Fonte: Tesouro Gerencial

\* Esta tabela foi gerada em R\$ e não em R\$ milhões a fim de que os valores não fossem “perdidos”, visto que entendemos ser relevante o destaque desses ajustes no Imobilizado.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### 6.8) Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2019, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 64 (sessenta e quatro milhões de reais), relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	106	57	%
Software com Vida Útil Indefinida	6	2	%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(50)	(40)	%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1	1	-
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>20</b>	<b>%</b>

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até este Trimestre.

Órgão UGE	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		ADIÇÕES	BAIXAS
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	124110101 '= SOFTWARES	-	19,00
	124210101 '= MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	-	0,01
	124210102 '= CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	-	0,27
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	124110101 '= SOFTWARES	19,47	0,02
	124110201 '= SOFTWARES	4,84	0,68
	124110202 '= SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	-	-
	124210101 '= MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	0,01	-
	124210102 '= CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	0,27	-
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	124110101 '= SOFTWARES	1,67	-
	124210102 '= CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	-	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	124110101 '= SOFTWARES	20,08	6,09
	124210102 '= CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	-	-
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	124110101 '= SOFTWARES	0,47	0,47
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	124110101 '= SOFTWARES	2,59	2,59
	124110102 '= SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	(1,00)	-
	124110202 '= SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,55	0,37
	124210102 '= CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COMUNICACAO	-	-

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

### Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o Mapa não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

### Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível

Órgão UGE	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	R\$
			Movim. Líquido - R\$ (Conta Contábil)
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		124110101	1.709,09
		124810100	58.502,03

Fonte: Tesouro Gerencial





**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
Relatório Contábil

Tabela 04 – Intangível por Contas

R\$ Milhões

Conta Contábil	Software com Vida Útil Definida		Software com Vida Útil Indefinida		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida		Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado		Amortização Acumulada	
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2019	Dez/2018
<b>Mês</b>												
<b>Órgãos</b>												
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	44,20	24,76	5,78	1,62	0,28	0,00	0,00		0,28		(21,65)	(17,48)
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	12,29	10,62	0,22	0,22	0,21	0,21			0,06		0,00	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	43,50	29,51			0,00	0,00					(26,35)	(21,66)
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3,01	3,01				0,00					(1,65)	(0,99)
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	2,59	3,59	0,37	0,18	0,00	0,00						
<b>TOTAIS</b>	<b>105,59</b>	<b>71,48</b>	<b>6,37</b>	<b>2,02</b>	<b>0,49</b>	<b>0,21</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,34</b>	<b>0,00</b>	<b>(49,64)</b>	<b>(40,14)</b>



## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil

### 6.9) Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

#### Participações Permanentes

Tabela 01 – Investimentos – Composição.

Investimentos	R\$ Milhões		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		-	-
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	2	2	-
REDUCAO VALOR RECUP INVEST - PARTICIP PERMAN	(22)	(1)	2.647,10%
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	34	35	-0,55%
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	2	2	-
Total	16	37	-56,13%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

O significativo aumento de 2.647,10% na Redução ao Valor Recuperável de Investimentos foi em consequência do registro na CONAB neste trimestre do valor de R\$ 20 milhões relativo a provisão de perdas dos investimentos com a CASEMG Em Liquidação e com a CESA, também, Em Liquidação.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 02 – Participações Permanentes – Composição por Investimento

R\$

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento R\$	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA <sup>(1)</sup>	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB <sup>(2)</sup>	Agricultura	1.855.377,90	45,00	4.123.062	358.826
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-22.552.236	-8.815.244
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	4.859,77	0,01	55.267.391	2.883.681
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-4.590.895	(1.571.170)

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e (2) Demonstração apresentada do ano de 2018.



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
Relatório Contábil

Tabela 03 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Entidade	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	R\$
						Saldo em 31/12/2019
EMEPA/PB	1.693.906,20	0	161.471,70	0	0	1.855.377,90
EMPARN <sup>(1)</sup>	726.984,37	0	0	0	0	726.984,37
<b>Total</b>	<b>2.420.890,57</b>	<b>0</b>	<b>161.471,70</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.582.362,27</b>

Fonte: EMBRAPA - Sifai e Demonstrações das Empresas.

\*Valores não consolidados

(1) Valores referentes a 2018,

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado de 31/12/2018. Em 2019, foi realizado o registro de R\$ 161 milhões, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2018.

A EMPARN apresentou as demonstrações contábeis de 2018, um prejuízo no exercício de R\$ 1.571.170,00, portanto, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 726.984,37.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

A EMBRAPA no mês de junho efetuou a baixa da participação societária da Empaer/MT em face à sua transformação de sociedade anônima para empresa pública estadual - unipessoal. Decisão Consad, conforme Ata 119ª de 10/07/2013 anexa ao Processo Sei 21148.004734/2019-81 Despacho SGE/SIC nº 2438601 e Memo. 0038/2019 (anexo ii).

Os investimentos da EMBRAPA na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las.

Os demais investimentos da EMBRAPA representam 6,44% no valor de R\$ 500.382,27, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVSPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Relatório Contábil

Tabela 04 – Composição das Ações de Investimentos

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total R\$	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	32,89	657,80	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	0,95	4.317,75	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	1,43	4.703,27	BB	135046
CONTAX	200	EO	11,21	2.242,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	54,94	10.273,78	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	54,94	7.526,78	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	54,94	6.867,50	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	54,94	988,92	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	44,72	536,64	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,91	619,32	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,91	3.715,92	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	44,72	131.566,24	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	54,94	194.872,18	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,91	56.155,65	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	114,00	16.188,00	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	36,05	4037,60	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	44,72	24.774,88	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,91	6.228,93	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	114,00	3.078,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	54,94	11.427,52	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,91	7.932,06	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,91	1.238,64	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	32,89	394,68	Bradesco	135046
<b>Total</b>				<b>500.382,27</b>		

Fonte: EMBRAPA



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

Tabela 05 – Mutação dos Investimentos – Partic. Permanentes (decrecidas da Redução ao Valor Recuperável)

							R\$
EMPRESA	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2019	
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	3.856,16	-	-	-	-	3.856,16	
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	103,17	
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09	
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	21,19	
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50	
AGRICOLA VALE DO MANGEREBA LTDA	35.304,54	-	-	-	-	0,00	
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S. A.	70.161,00	-	-	-	-	70.161,00	
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	0,00	
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	1.804.561,24	
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19	
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02	
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	402,88	
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	12.584,40	-	-	-	-	12.584,40	
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE	962.333,73	-	-	-	-	433.625,60	
ALGAR TELECOM S/A	48.568,00	-	-	-	-	48.568,00	
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03	
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66	
MULTILOG S/A	11.163,26	-	-	-	-	11.163,26	
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	3.880,29	
PBG S/A	4.449,15	-	-	-	-	4.449,15	
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39	
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	80.825,36	
<b>TOTAL</b>	<b>27.777.887,19</b>	-	-	-	-	<b>6.831.044,48</b>	

Fonte: CONAB



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil

### **7) Referências**

#### **7.1) Bibliográficas**

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

#### **7.2) Sítios mais utilizados pela Setorial Contábil/MAPA**

- 1) [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)
- 2) <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>
- 3) [www.tesourotransparente.gov.br > balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral](http://www.tesourotransparente.gov.br/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral)
- 4) <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais>
- 5) [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)
- 6) [portal.tcu.gov.br](http://portal.tcu.gov.br)
- 7) [portal.in.gov.br](http://portal.in.gov.br)
- 8) [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)
- 9) [www.crcdf.org.br](http://www.crcdf.org.br)
- 10) <http://sistemas.agricultura.gov.br/confcon>
- 11) <http://sistemas.agricultura.gov.br/sei>
- 12) <http://agronet.agricultura.gov.br/>
- 13) <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br>
- 14) <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/asi>
- 15) <http://www.redesim.gov.br/servicos>
- 16) <https://siafi.tesouro.gov.br/>
- 17) <https://plataformamaisbrasil.gov.br/>
- 18) <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/>
- 19) <https://hod.serpro.gov.br/>
- 20) <https://cav.receita.fazenda.gov.br/>
- 21) <https://www.siapenet.gov.br/>
- 22) <http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis>